UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN-IFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO - POSENSINO

FRANCISCO EDJÂNIO RODRIGUES FERREIRA

DISCURSO, ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA (PEI) DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

MOSSORÓ – RN
2026

FRANCISCO EDJÂNIO RODRIGUES FERREIRA

DISCURSO, ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA (PEI) DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino: narrativas discurso e memórias.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva

MOSSORÓ – RN
2026

Catalogação da Publicação na Fonte
Universidade do Estado do Rio Grande do NorteCatalogação de Publicação na Fonte. UERN - Biblioteca Central

Ferreira, Francisco Edjanio Rodrigues.
Discurso, estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em materiais didáticos do Programa de Educação Integrada (PEI) do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) / Francisco Edjanio Rodrigues Ferreira. - Mossoró, 2026.
96f.: il.

Dissertação (Mestrado em em Ensino). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, Porgrama de Pós-Graduação em Ensino.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva.

1. Biopolítica. 2. Subjetividade. 3. Educação. 4. Discurso. 5. MOBRAL. I. Silva, Francisco Vieira da. II. Título.

RN/UFㅤBiblioteca Central CDD 374.012

Elaborado por Jocelania Marinho Maia de Oliveira - CRB-15 319

FRANCISCO EDJÂNIO RODRIGUES FERREIRA

DISCURSO, ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA (PEI) DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva – Orientador
UFERSA

Prof. Dr. Valter Cezar Andrade Junior – Examinador externo
IFSertão-PE

Prof. Dr. Evanilson Gurgel de Carvalho Filho – Examinador interno
UFERSA

Prof. Dr. Paulo Augusto Tamanini – Examinador suplente interno
UERN

Prof. Dr. Francisco de Freitas Leite – Examinador suplente externo
URCA

MOSSORÓ – RN
2026

A **Deus,** pela minha saúde e minha vida.

A minha **mãe** Francisca Rodrigues, ao meu **pai** Euzamar Ferreira e ao meu **irmão** Edijailson Rodrigues, pelo apoio em todas as trajetórias da minha vida.

Aos meus **familiares** e **amigos**, que apoiaram nesse momento de formação.

Ao meu **orientador,** Francisco Vieira da Silva, pelo apoio e orientação em todas as fases da pesquisa e por sempre acreditar em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, GRATIDÃO a Deus por todas as bençãos concedidas à minha vida, pela proteção e saúde da minha família. Agradeço pelas orações atendidas nos momentos difíceis e pela força diária que me concede para nunca desistir dos meus objetivos. Agradeço a minha mãe Francisca Rodrigues por todo o apoio, atenção e cuidado, ela é o pilar essencial de toda a minha vida, ao meu pai Euzamar Ferreira pelo apoio sempre que precisei. Ao meu irmão, Prof. Edijailson Rodrigues, pelo incentivo aos estudos, companheirismo e por todo o apoio que me concede nos momentos em que preciso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) pela oportunidade de retorno à vida acadêmica e à pesquisa, por meio da oferta de disciplinas especiais, quando ingressei como aluno especial, e, posteriormente, pela disponibilização de vagas que me permitiu ingressar como aluno regular. O agradecimento é especialmente pelo acolhimento e incentivo durante a trajetória das aulas e da pesquisa. Destaco o meu primeiro contato com o curso por meio de uma disciplina (Didática do Ensino Superior) ministrada pelo professor Emerson Augusto de Medeiros, para quem deixo os meus sinceros agradecimentos pela forma humana de conduzir suas aulas, valorizando nossas trajetórias e nos fazendo enxergar os nossos potenciais. Serei sempre grato!

Minha gratidão ao meu querido professor orientador Francisco Vieira da Silva, que aceitou o meu projeto e realizou os direcionamentos para a realização da pesquisa. O professor Vieira é um ser humano incrível, resiliente e acolhedor, um excelente pesquisador, uma potência nos estudos foucaultianos, e consegue conduzir o processo da pesquisa com muita leveza, cuidado e profissionalismo. Serei eternamente grato pelas oportunidades concedidas e pelos ensinamentos durante esses mais de 02 (dois) anos de curso. Obrigado de coração, professor!

Agradeço também aos professores Evanilson Gurgel de Carvalho Filho e Valter César Andrade Júnior, por terem apresentado contribuições valiosas para o trabalho no momento da qualificação da pesquisa e pelos apontamentos necessários na defesa do trabalho.

Agradeço ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), pela oferta de bolsa por seis meses, de modo a auxiliar com esta pesquisa.

Agradeço à Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNDASE/RN e ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade - CASEMI Santa Delmira em Mossoró/RN, por terem disponibilizado os horários especiais no trabalho quando precisei para realizar atividades do curso.

O MOBRAL está aí

Vem, vem, vem comigo vem
Venha assistir as aulas do MOBRAL
Procure o posto do movimento
Não perca este momento
Você vai lucrar, vai ganhar mais

Vem, vem, vem comigo vem
O MOBRAL faz muito por você
Você pode, basta querer
O MOBRAL está aí

Vem, vem, vem comigo vem
Venha assistir as aulas do MOBRAL
Procure o posto do movimento
Não perca este momento
Você vai lucrar, vai ganhar mais

Vem, vem, vem comigo vem
O MOBRAL faz muito por você
Você pode, basta querer
O MOBRAL está aí

Transcrição, jingle publicidade e promoção do MOBRAL

RESUMO

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado, durante a Ditadura Civil-Militar do Brasil (1964-1985), como uma proposta de erradicação do analfabetismo em um curto período de tempo. Difundida de forma impositiva para todo o território brasileiro nos moldes da governança militar, torna-se importante propor reflexões acerca dos interesses subjacentes a essa proposta. Nesse sentido, a partir dos estudos de Michel Foucault, principalmente da arqueogenealogia, esta dissertação busca analisar as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade em discursos presentes em materiais didáticos do Programa de Educação Integrada (PEI) do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Com relação aos objetivos específicos, têm-se os seguintes: a) investigar as condições de possibilidades de emergência do MOBRAL no contexto da educação para adultos na ditadura Civil-Militar brasileira; b) descrever como se configuram as estratégias biopolíticas em discursos de materiais didáticos do PEI do MOBRAL; c) interpretar como se constitui a produção da subjetividade do aluno do MOBRAL no âmbito dos discursos manifestos nos materiais didáticos estudados. O foco repousa sobre enunciados extraídos dos seguintes materiais didáticos: Boa pergunta (1972) e Vivendo e Aprendendo (1979). Acerca da metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em análise documental e ancorada na arqueogenealogia de Michel Foucault como método investigativo. Para a efetivação da pesquisa, mobilizam-se conceitos como os de discurso, arquivo, acontecimento, enunciado, biopoder, biopolítica, dispositivo, governamentalidade e subjetividade, conforme pensados por Foucault, e em autores que discutem sobre como o MOBRAL se configurou num instrumento educacional de manutenção da ordem social instituída no período ditatorial brasileiro, a exemplo de Lima, Macêdo e Souza (2022), Silva (2023), Favero (2004), Barbosa (2014), Borges Neto (2021), dentre outros. As análises empreendidas nos possibilitaram observar como o governo da vida incidia sobre questões fundamentais, como a saúde, a partir da prevenção de doenças, dos cuidados com a amamentação, com o consumo de alimentação saudável e de água. Além disso, foi vista a atuação dessas tecnologias de governo sobre a relevância da escola na promoção de sujeitos que seriam importantes para o crescimento do país, por meio da erradicação do analfabetismo, bem como na questão do trabalho, tido como um pilar de sustentação do regime militar, pois sujeitos economicamente ativos seriam úteis aos interesses do patronato – mecanismo importante na manutenção do regime de exceção.

Palavras-chave: Biopolítica. Subjetividade. Educação. Discurso. MOBRAL.

ABSTRACT

The Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) was established during Brazil's civil-military dictatorship (1964–1985) as an initiative aimed at eradicating illiteracy within a short period of time. Mandatorily implemented throughout Brazilian territory in accordance with military governance models, it becomes important to propose reflections on the underlying interests of this proposal. In this sense, based on the studies of Michel Foucault, primarily archeogenealogy, master's thesis objective to analyze biopolitical strategies and the production of subjectivity in discourses present in the teaching materials of the Integrated Education Program (PEI) of the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL). Regarding the specific objectives, they are as follows: a) to investigate the conditions of possibility for the emergence of MOBRAL within the context of adult education during the Brazilian Civil-Military dictatorship; b) to describe how biopolitical strategies are configured in the discourses of MOBRAL's PEI teaching materials; c) to interpret how the production of the MOBRAL student's subjectivity is constituted within the scope of the discourses manifested in the studied teaching materials. The focus rests on statements extracted from the following teaching materials: *Boa pergunta* (1972) and *Vivendo e Aprendendo* (1979). About the methodology, this is qualitative research based on documentary analysis and anchored in Michel Foucault's archeogenealogy as an investigative method. To carry out the research, concepts such as discourse, archive, event, statement, biopower, biopolitics, apparatus (*dispositif*), governmentality, and subjectivity are mobilized, as conceived by Foucault, alongside authors who discuss how MOBRAL was configured as an educational instrument for maintaining the social order established during the Brazilian dictatorial period, such as Lima, Macêdo, and Souza (2022), Silva (2023), Favero (2004), Barbosa (2014), Borges Neto (2021), among others. The analyses carried out enabled us to see how the management of daily life focused on fundamental issues, such as health, through disease prevention, support for breastfeeding, and the consumption of healthy food and water. Furthermore, we observed how these technologies of governance influenced the role of schools in fostering individuals who would be vital to the country's growth through the eradication of illiteracy, well as in the realm of labor viewed as a pillar supporting the military regime since economically active individuals would serve the interests of employers, a key – an important mechanism in maintaining the state of exception.

Key-words: Biopolitics. Subjectivity. Education. Discourse. MOBRAL.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propaganda do MOBRAL 6
Figura 2 - Propaganda do MOBRAL, Revista Veja – 1973 34
Figura 3 - Ajude o MOBRAL com segundas intenções 43
Figura 4 - Boa pergunta 47
Figura 5 - Vivendo e Aprendendo 47
Figura 6 - Alimentação da criança 55
Figura 7 - Amamentação 57
Figura 8 - O leite materno 57
Figura 9 - A má alimentação 59
Figura 10 - A desnutrição 61
Figura 11 - Tétano pode matar 63
Figura 12 - A importância da vacina 65
Figura 13 - Saúde, riqueza da gente 66
Figura 14 - Ninguém vive sem beber água 67
Figura 15 - A importância da escola 69
Figura 16 - A alfabetização 70
Figura 17 - Você conhece cada uma dessas atividades? 74
Figura 18 - Segurança no trabalho 75
Figura 19 - Dinheiro e trabalho 76
Figura 20 - O papel das forças armadas no território nacional 78
Figura 21 - Diversão é parte do viver 81
Figura 22 - Vamos fazer ginástica? 82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EC	Estado do Conhecimento
DNE	Diretório Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPC	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PEI	Programa de Educação Integrada
POSENSINO	Programa de Pós-Graduação em Ensino
RENEC	Representação Nacional das Emissoras Católicas
SEEC/RN	Secretaria de Estado de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 6

2. PONDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOGENEALOGIA FOUCAULTIANA PARA SE PENSAR O MOBRAL 18

2.1 EMERGÊNCIA DO MOBRAL: CONDIÇÕES HISTÓRICAS E OS DESDOBRAMENTOS DOS PROGRAMAS 19

2.2 ARQUEOLOGIA DO SABER: ENTRE OS CONCEITOS INTEGRATIVOS E SUA PRODUTIVIDADE 27

2.3 GENEALOGIA DO PODER: A QUESTÃO DO BIOPODER, DA BIOPOLÍTICA E DA GOVERNAMENTALIDADE 37

3. ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PEI/MOBRAL 47

3.1 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O CUIDADO COM A SAÚDE 54

3.2 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA ESCOLA 69

3.3 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O TRABALHO. 72

3.4 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E A BUSCA DE COESÃO SOCIAL 78

3.5 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O ESPORTE E O LAZER 80

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

REFERÊNCIAS 88

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Figura 1: Propaganda do MOBRAL



Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/propaganda-do-mobral/.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado como uma política pública diante do elevado número de analfabetos em todo o território brasileiro. Conforme Lima, Macêdo e Souza (2022, p. 6), "[...] o último censo realizado, quando da criação do MOBRAL, em 1967, mostrava o Brasil com quase 40% de analfabetos".

Tal movimento foi implementado no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sendo oficializado pela Lei n.º 5.379 de 15 de dezembro de 1967 (Brasil, 1967), com o intuito de se expandir em todo o país, como forma de educação continuada para adolescentes e adultos (Lima; Macêdo; Souza, 2022). Além disso, esses autores destacam "que no propósito de combater o analfabetismo, o MOBRAL, de maneira descentralizada, assinava convênios com os estados e prefeituras e transferia os recursos de implantação do projeto" (Lima; Macêdo; Souza, 2022, p. 7).

Na figura 1, deslocada inicialmente, a propaganda em destaque chama a atenção de diferentes agentes da população numa missão coletiva de erradicação do

analfabetismo. O chamamento evidencia também a utilização de veículos de comunicação como estratégias de alcançar e sensibilizar instâncias diversas, organizações/associações e sociedade civil para participar e contribuir com a efetivação do MOBRAL. Ainda em relação à figura, cabe ressaltar a afirmação de que o programa terá condições de alfabetizar 7 milhões de brasileiros, além de propor que em dez anos não haverá mais analfabetos no Brasil. Trata-se de uma proposta que inferioriza a população analfabeta do país a sujeitos sem capacidades de contribuir com o desenvolvimento da economia e, nesse sentido, a alfabetização é também tratada a partir do extremismo, como se nota na passagem "eliminar o analfabetismo", em consonância com a analogia imagética da eliminação da assinatura por meio das digitais do dedo polegar.

A Lei n.º 5.379/67, tratada aqui, tinha como intuito providenciar o necessário sobre a alfabetização funcional e a educação continuada para adolescentes e adultos, previa a distinção por períodos que levava em consideração adultos/adolescentes analfabetos até os 30 anos de idade e analfabetos com idade superior a essa faixa etária, e após sanada essa demanda a proposta tinha como sugestão prosseguir a educação continuada sem discriminação de faixa etária (Brasil, 1967). Essa proposta legislativa apresenta um caráter voluntário que envolvia estudantes universitários e secundários destacando o não prejuízo na própria formação do sujeito durante a atuação. Além disso, previa a possibilidade de decreto determinando a participação de órgãos civis e militares e autoridades para atuarem de forma cooperativa nesse processo de alfabetização.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2008), durante a ditadura civil-militar, o governo buscou promover por meio da educação de jovens e adultos, a manutenção da coesão social que legitimou a manutenção do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. Ademais, conforme a UNESCO (2008), a reforma do ensino de 1971 emoldurou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio do ensino supletivo e nesse mesmo ano iniciou-se o MOBRAL.

Esse movimento educacional contou com alguns programas desenvolvidos em consonância com suas políticas públicas, tais como o Programa de Alfabetização Funcional (PAF), Programa de Educação Integrada (PEI), Programa Mobral Cultural, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa de Profissionalização, entre outros.

O Programa de Educação Integrada (PEI) foi escolhido para análise nesta proposta de estudo. Em linhas gerais, o PEI tinha como objetivo oferecer a alunos adolescentes e adultos que não conseguiram concluir a escolaridade do ensino fundamental na idade considerada adequada a orientação para o trabalho e a conclusão dessa etapa de ensino. O PEI foi reconhecido pelo Parecer n.º 44/73, subsequente à funcionalidade do PAF, que apresentou resultados tidos como positivos e de sucesso durante os primeiros três anos de sua existência, criando novas configurações e intensificando seu alcance no território nacional. O PAF apresentava em seus objetivos procedimentos de práticas com finalidades de ensinar a adolescentes e adultos a aprender técnicas imediatas de ler, escrever e contar, ainda objetivava trabalhar nos indivíduos o seu maior desenvolvimento do raciocínio e hábitos de trabalho. Os alunos egressos do PAF passaram a ingressar no PEI que, como já sinalizado, centralizava seu objetivo na função de ofertar o ensino supletivo correspondente às 04 (quatro) primeiras séries do 1º grau, denominação que se dava nesse período, para prosseguir a escolarização nas etapas seguintes.

Com característica de sanar a irregularidade educacional de indivíduos que não havia concluído as séries primárias e com intenções ascendentes para o mercado de trabalho, o PEI se amparou no Parecer n.º 699/1972, que tratava do ensino supletivo. Conforme sustentam Freitas, Silva e Torres (2021), esse documento atribuiu ao Ensino Supletivo, do qual o PEI se valia, quatro funções, a saber: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação. O PEI insere-se na função de suplência atestado pelos autores citados anteriormente, ao discutirem que

> A lógica da suplência é a compensação de uma escolaridade "perdida", não finalizada na "idade certa", pelos adolescentes e adultos, enquanto que se previa, por meio do suprimento, que os sujeitos retornassem à escola, repetidas vezes, no intuito de se atualizarem. Entretanto, as intenções políticas, sobrepostas no referido documento, é a busca por uma qualificação para o trabalho, organizada e dirigida por empresas, sobretudo do setor privado. A população atendida era a economicamente ativa, capaz de aprender, metodicamente, no trabalho (Freitas; Silva; Torres, 2021, p. 380).

No seu desenvolvimento, o PEI apresentava-se também como integrador do sujeito ao meio social, na missão de elevar a visão dos indivíduos participantes para buscar sua autonomia e se inserir no mundo do trabalho, tendo possibilidade de expandir o consumo e a produção, impactando, assim, no desenvolvimento a partir da força de trabalho. A expansão do programa para as distintas regiões do país se efetivou por meio dos convênios estabelecidos nas normativas de descentralização de implantação do

MOBRAL com os estados e os municípios. Esse movimento de repartição, repasses de recursos, de materiais e a dinâmica de operacionalização do PEI pode ser percebido no recorte adiante,

> Para tanto, operavam com os recursos financeiros advindos dos convênios firmados com o Mobral Central e com isso garantiam materiais de uso escolar necessários à operacionalização do trabalho docente, que eram distribuídos às escolas, além de contar com um amplo acervo didático, a exemplo do livro do aluno intitulado "Boa pergunta", impresso pela editora Abril S.A (Freitas; Silva; Torres, 2021, p. 142).

Diante do contexto histórico e do surgimento do MOBRAL como um programa educacional com abrangência em todo o território nacional, é fundamental refletir sobre como se deu essa política que buscava erradicar o analfabetismo e proporcionar formação para o trabalho. Consequentemente, esse movimento de educação surge em um período marcado na história do país pela busca da hegemonia militar por meio da implantação de medidas de controle e expansão do poder repressivo (Souza; Silva, Costa, 2024).

Nesse contexto, diversas estratégias foram mobilizadas no intuito de controlar a população para atender aos interesses governamentais no período do regime da Ditadura Civil-Militar, marcadas por ações voltadas ao crescimento da economia de forma isolada e pelo autoritarismo exagerado como formato de governar a população para seguir padrões que atendessem ao escopo do regime (Fico, 2024).

Essa conjuntura justifica a emergência dessas práticas discursivas que produziam efeitos de repressão sobre a população, disseminadas por diversos veículos de informações, comunicações e educacionais. Entende-se, assim, que pesquisar sobre essas questões em materiais didáticos do MOBRAL, por meio dos discursos materializados nos enunciados presentes em livros didáticos, mostra-se de importância significativa para o meio acadêmico e para a sociedade de modo geral, especialmente porque se trata de um momento histórico crucial do país e que reverbera até os dias atuais em discursos e práticas sociais.

Outros aspectos que motivaram a realização do presente estudo dizem respeito às relações que desenvolvi[1] com a EJA durante minha trajetória profissional docente. O envolvimento com esse público sempre me levantou reflexões sobre o contexto educacional no qual são inseridos jovens, adultos e idosos. O primeiro contato com essa modalidade educativa se deu no ano de 2015, como professor da área de Ciências Humanas, em uma comunidade rural no município de Severiano Melo/RN, no Programa

[1] Neste momento do texto, optamos por utilizar a primeira pessoa do singular, haja vista que retrata a experiência do pesquisador desta dissertação no âmbito da EJA.

Projovem Campo Saberes da Terra vinculado à Secretaria de Estado de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN. Esse programa tinha como objetivo principal oferecer a oportunidade para jovens/adultos entre 18 e 29 anos de concluírem o ensino fundamental e também proporcionar qualificação profissional.

Outra característica desse programa era contextualizar a realidade da comunidade rural e do público alvo com a proposta do programa, levando em conta a pluralidade de raça, gêneros, cultura e condições financeira-social dos envolvidos. Além disso, a proposta do programa dispunha de uma bolsa incentivo com um valor simbólico de R$ 1.200,00 dividido em 12 parcelas e, em contrapartida, os alunos precisariam manter uma frequência de 75% para receber o benefício. Essas características nos levantavam questionamentos sobre os atravessamentos que as normativas impostas pelo programa produzia, o que pode atestar a reprodução pelos estudantes da conclusão do nível de ensino apenas como possibilidade de abertura para o mercado de trabalho e, consequentemente, a atestação de permanência no lugar/comunidade em que residiam, já que o programa apresentava apenas possibilidades de desenvolvimento de atividades rurais voltada para a profissionalização no campo.

Em momento posterior, vivenciei a experiência profissional na docência na EJA para alunos privados de liberdade em uma penitenciária estadual localizada no Município de Mossoró/RN, com vínculo de professor temporário junto à Secretaria de Estado de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN. Essa dinâmica ocorreu nos anos de 2022-2023 em turmas que objetivavam concluir o Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio. Devido à inexistência de direcionamentos ou momentos formativos para o professor atuar na EJA no contexto prisional, sempre levantei indagações e reflexões acerca das lacunas e da falta de direcionamentos que tornava o ensino descontextualizado diante da modalidade e do público alvo.

A ausência de um contexto situacional apresentava na fala dos alunos sobre a educação na penitenciária como uma oportunidade ou possibilidade de estudo para a remissão da pena de acordo com os dias estudados. Esse era um dos principais fatores que produzia reflexo na demonstração de interesse por todos os alunos nos momentos das aulas. Além disso, os comportamentos, as participações em atividades e a interação em debates sobre as temáticas trabalhadas sempre foram positivos, principalmente porque, segundo os mesmos, era uma oportunidade única terem sido selecionados, já que não existiam vagas para todos.

Além disso, em 2024, fui aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) com um projeto de pesquisa que tinha como foco desenvolver o tema: Educação de Jovens e Adultos nos anos iniciais do ensino fundamental: reflexões a partir da prática docente no sistema prisional, objetivando compreender o ensino e a prática docente da EJA nas penitenciárias do Município de Mossoró/RN. Sendo o projeto vinculado à linha de pesquisa Ensino: Narrativas, Discursos e Memórias. Em diálogo com o orientador, achamos prudente fazermos um estudo que pudesse evidenciar as políticas precedentes à EJA, tal como a conhecemos hoje, mas que, de algum modo, ainda reverberam no modo como se enxergam as práticas educativas de jovens e adultos. A partir de então, discutimos investigar o MOBRAL, com foco em materiais didáticos do PEI.

Ancorados em conceitos da arqueologia do saber e da genealogia do poder, conforme discutidos pelo filósofo Michel Foucault, o estudo busca responder à questão principal: como as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade se presentificam em discursos de materiais didáticos do PEI do MOBRAL? Como questões secundárias, temos: quais condições de possibilidades de irrupção do MOBRAL no contexto da educação para adultos na ditadura Civil-Militar brasileira? Como se configuram as estratégias biopolíticas que se presentificam em discursos de materiais didáticos do PEI do MOBRAL? Como se constitui a produção de subjetividade do aluno do MOBRAL nos discursos manifestos nos materiais didáticos estudados?

Os aspectos mencionados anteriormente sobre as características do MOBRAL, o contexto histórico e social em que foi implementado e instituído, juntamente aos questionamentos levantados para a pesquisa, permitiram delinear os objetivos que se pretende alcançar no processo investigativo desse trabalho acadêmico. Sendo assim, o principal objetivo da pesquisa é analisar as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade em discursos presentes em materiais didáticos do PEI do MOBRAL. Para atingir tal propósito, estabelecemos como objetivos específicos: a) investigar as condições de possibilidades de emergência do MOBRAL no contexto da educação para adultos na ditadura civil-militar brasileira; b) descrever como se configuram as estratégias biopolíticas em discursos de materiais didáticos do PEI do MOBRAL; c) interpretar como se constitui a produção da subjetividade do aluno do MOBRAL no âmbito dos discursos manifestos nos materiais didáticos estudados.

A relevância do estudo em questão se justifica também pela ausência de pesquisas voltadas para análises de materiais didáticos nesse período histórico sobre o víeis da

biopolítica e da produção de subjetividade por meio das práticas discursivas que se materializam em enunciados dos materiais didáticos do MOBRAL. Diante de levantamentos realizados em bases de dados que arquivam teses e dissertações, foi possível constatar que praticamente não há trabalhos com objeto de estudo sobre o víeis da análise documental na perspectiva foucaultiana, voltada para materiais didáticos do movimento educacional em foco, de modo a revelar aspectos de ineditismo desta proposta de pesquisa.

Este momento da pesquisa buscou realizar levantamentos sobre estudos acadêmicos desenvolvidos a partir de análises em materiais didáticos do MOBRAL por meio dos discursos empregados nos escopos enunciativos que se presentificam nesses instrumentos. A realização dessa sondagem juntamente às análises possibilitou despontar indicações sobre como tem sido tratado o tema de pesquisa aqui apresentado. Dito isso, o foco analítico deste inventariado teve como objetivo mapear os trabalhos que buscaram analisar estudos sobre materiais didáticos do MOBRAL e perceber a existência de pesquisas que se desenvolveram com centralidade no conceito da biopolítica e na produção de subjetividades.

O levantamento apresentado desenvolve-se ancorado na investigação denominada de Estado do Conhecimento (EC). Assim,

> O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo assim, inúmeras oportunidades de enriquecimento do estudo (Morosini e Fernandes, 2014, p. 158).

A construção do EC, para Santos e Morosini (2021), possibilita conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre a temática, permitindo também a delimitação do tema e a escolha de caminhos metodológicos. A efetivação dessa descrição necessita de percursos que atravessem a categorização e sejam realizadas inferências acerca das informações encontradas e analisadas pelo pesquisador (Morosini, 2015).

As etapas desenvolvidas, conforme o modelo de Morosini (2025), alicerçaram-se no sistema de percurso que segue as categorizações de bibliografia anotada, bibliografia sistematizada e bibliografia categorizada. As definições das etapas, conforme Santos e Morosini (2021), são sequenciadas pela identificação e seleção, a partir de descritores dos

materiais que fizeram parte do *corpus* de análise, leitura flutuante dos resumos dos trabalhos para posterior verificação e aprofundamento sobre a escolha das pesquisas que coadunam com o estudo pretendido e formularam a construção do EC.

Sendo assim, a busca por produções nos moldes apresentados possibilitou realizar análises reflexivas sobre como o tema pretendido tem sido tratado por pesquisadores em instituições de diferentes partes do país, permitindo perceber a recorrência, ausência ou possíveis direcionamentos concernentes aos objetos de estudos que tratam sobre pesquisa documental em materiais didáticos do MOBRAL.

De modo mais específico, em buscas realizadas no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, usando descritores como: "discurso", "materiais didáticos", "MOBRAL", "biopolítica", "subjetividade", foi possível identificar escassas pesquisas que tratam sobre essa temática, conforme especificados no levantamento em tela. As verificações nos depositórios indicados foram realizadas no espaço temporal compreendido entre os anos de 2014 a 2024 como forma de buscas nos materiais pretendidos.

Verificou-se, ainda, que os estudos encontrados são voltados sobremaneira para a perspectiva da alfabetização de jovens e adultos, dos métodos pedagógicos empregados, das políticas públicas e das trajetórias dos professores envolvidos no referido programa. Constatou-se apenas um trabalho, a pesquisa de Pederiva (2015), que realizou análises em materiais didáticos e propagandas do MOBRAL, para verificar o discurso intencional do Estado na política de Educação de Adultos como forma de difundir ideologias estabelecidas naquele período, aos moldes da biopolítica (Silva, 2023).

Portanto, diante do esgotamento de possibilidades de uso de palavras-chaves que possibilitassem buscar arquivos indexados nos dois repositórios de pesquisas de mestrado ou doutorado que tenham relação com estratégias biopolíticas e produção de subjetividades em materiais didáticos do MOBRAL, pode-se atestar que as instituições educacionais de ensino superior no país praticamente não desenvolveram estudos com foco nesse viés, constatando que na última década apenas 01 (um) trabalho de dissertação de mestrado dedicou-se a essa temática.

Um outro aspecto que merece ser destacado relaciona-se à estreita relação deste estudo com a linha de pesquisa intitulada de Ensino: Narrativas, Discursos e Memórias, que, de modo geral, busca desenvolver investigações no âmbito do ensino-aprendizagem de forma transversal em diferentes ciências e níveis da educação básica (Posensino, 2023, *on-line*). Ademais, o objeto de estudo aqui pretendido coaduna com a linha de pesquisa

em que se insere, pois se trata de uma investigação de discursos presentes em materiais didáticos de um período histórico importante e que permitem compreender os processos educativos em sua relação de saber-poder em um determinado espaço e tempo, permitindo compreender como essas estruturas produziram os sujeitos e a sociedade.

Ao se pensar nos procedimentos metodológicos da pesquisa, partindo do seu objetivo geral, que trata sobre analisar estratégias biopolíticas e produção de subjetividades a partir de discursos presentes em materiais didáticos do MOBRAL, caracterizamos como um estudo de cunho descritivo-interpretativo, que busca interpretar significados das atribuições que são dadas as ações dos sujeitos em uma determinada realidade socialmente construída.

Ademais, a pesquisa parte de uma abordagem qualitativa baseada em análises documentais, partindo do princípio de uma proposta investigativa que não se define por fatores já estruturados, mas que apresenta contribuições importantes, destacando-se por um caráter inovador e explorador de novos enfoques. A abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2001), apresenta-se como uma perspectiva que investiga questões particulares, externas ao campo da quantificação, trabalhando com um universo de possibilidades que envolve valores, crenças, motivos e significados, envolvendo-se, assim, com relações mais profundas e que englobam entendimento, compreensão e observação.

A pesquisa baseada em documentos fundamenta-se como de grande relevância, pois, permite a possibilidade de mapear parte das relações de saber-poder de um dado momento histórico, a fim de empreender uma leitura possível da produção das subjetividades. De acordo com Alves *et al* (2021),

> a relevância da análise documental também se apresenta pelo fato de permitir analisar algumas dimensões como o contexto histórico e social em que foi elaborado o documento, identificar pessoas, grupos sociais, locais e fatos, e fazer um recorte temporal dos acontecimentos, que, talvez, sem esse material não seria possível (Alves *et al*, 2021, p. 61).

O objeto da pesquisa em tela constitui-se de materiais didáticos do MOBRAL, que foram selecionados e recolhidos por meio de buscas documentais em arquivos digitais disponíveis na *internet*. Trata-se, na compreensão de Paiva (2024), de documentos secundários, pois existem independentemente da proposta de pesquisa.

O *site* denominado Portal dos Fóruns de EJA – Fóruns EJA Brasil[2] foi o *locus* utilizado para a seleção dos documentos a serem analisados, por meio do tópico Memórias e Histórias disponível no menu desse instrumento de pesquisa e informação. Consequentemente, acessando o item "MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização", foi possível conhecer de forma resumida uma contextualização desse movimento educacional e quais os seus principais programas. Além disso, a ferramenta apresenta uma pasta com todos os materiais dos programas do MOBRAL.

Os materiais didáticos selecionados são os dois livros do aluno denominados Boa pergunta (1972) e Vivendo e Aprendendo (1979). O livro Boa pergunta, de autoria de Franco *et al* (1972), conta com 176 páginas e foi editado pela editora Abril. Trata-se de um material do aluno que se apresenta a partir de textos e temáticas variadas e encontra-se dividido em três partes: "As muitas necessidades do homem", "Como o homem satisfaz suas necessidades" e "O homem no trabalho".

Já o livro Vivendo e Aprendendo, escrito por Soares *et al* (1979) e publicado pela Bloch Editores, conta com 123 páginas e se apresenta por meio de textos geradores que discutem temáticas como alimentação, habitação, saúde, trabalho e esportes; além disso, é composto por atividades voltadas para os temas apresentados e contextualizadas com conteúdo básicos como os da língua portuguesa.

A escolha dos materiais didáticos já mencionados ocorreu devido ao fato de as temáticas abordadas se relacionarem com questões que entram no raio de atuação da biopolítica e do biopoder. Nos moldes de estudo desses conceitos, pode-se inferir dos documentos recolhidos para pesquisa aspectos que instigam para a presença de estratégias biopolíticas em diversos temas geradores e temáticas de estudos presentes nos livros. Como forma de prévia constatação, podem-se citar temas presentes no material do aluno Vivendo e Aprendendo (1979), como: O governo e a educação do povo, Símbolos da Pátria, as forças armadas; aprendendo a trabalhar, o mundo do trabalho; Saúde: uma responsabilidade de todos e uma riqueza da gente, a importância da vacina; O bom trabalho faz uma boa riqueza, entre outras temáticas que se presentificam em Soares et al (1979).

Alguns outros temas, presentes no livro Boa Pergunta (1972), também apresentam possibilidades de análise na perspectiva dos conceitos do biopoder e da biopolítica e reforçam a justificativa de escolha desses materiais para estudo, tais como: as muitas

[2] Página de acesso ao portal citado como fonte de pesquisa: http://forumeja.org.br/node/2990.

necessidades do homem, a importância da alimentação saudável, a alimentação da criança, a vacinação, os cuidados na gravidez e a prevenção de doenças endêmicas.

Destaca-se também que serão trilhados procedimentos, de modo a analisar a produção da subjetividade que se efetiva no decorrer das diversas conjunturas históricas engendradas pelos modos de construção do sujeito, fazendo-nos entender que é nessa relação do sujeito com o mundo e com o tempo que a subjetividade se produz como algo não imóvel e tampouco inconsciente. Sendo assim, Foucault (2006) entende a subjetividade como aquilo que se desdobra de processos a partir dos quais o sujeito exerce um trabalho sobre si mesmo, tendo em vista um conjunto de práticas socialmente situadas.

O trabalho se ampara metodologicamente na arqueogenealogia de Michel Foucault como ferramenta de análise, pois busca escavar os saberes que embasam a produção dos discursos, cotejando com as relações de poder engendradas ao longo da dispersão histórica (Navarro, 2020).

Assim, as análises dos enunciados nos documentos se sustentam no conceito da biopolítica, esse apresenta como principal objetivo entender a prática governamental por meio de gerenciamento dos comportamentos biológico dos sujeitos através de direcionamentos, procedimentos e técnicas que incitam determinadas maneiras de agir e viver a partir de padrões sociais que são (des)construídos ao longo do tempo. Dessa forma, busca-se estudar nos textos dos livros selecionados, como esses discursos manifestam-se, evidenciando modos ou padrões que precisam ser seguidos pela população no sentido de validar seu bem-estar para atender interesses políticos e para inserir a população na conjuntura social e econômica que atendam demandas de controle e poder.

Seguindo tal proposta, os procedimentos de análises dos materiais didáticos incluem a identificação e a descrição de regularidades temáticas que se presentificam em séries de enunciados extraídos dos livros didáticos e a correlação com os conceitos de biopolítica e subjetividade, com vistas a cumprir com os objetivos estabelecidos. Este trabalho dissertativo encontra-se estruturado em quatro seções organizadas da seguinte maneira: a primeira seção desenvolvida por esse movimento introdutório apresenta considerações iniciais acerca da temática de pesquisa, contendo os objetivos, a metodologia e o objeto de estudo. Posteriormente, se estrutura a segunda seção intitulada de “Ponderações sobre a arqueogenealogia foucaultiana para pensar o MOBRAL” que se organiza em 03 (três) subseções.

O primeiro tópico da segunda seção intitula-se a “Emergência do MOBRAL, suas condições históricas e os desdobramentos dos seus programas” e apresenta os movimentos da educação popular no Brasil, discute também o surgimento do MOBRAL no período da ditadura civil-militar, a criação e o processo de disseminação para todas as partes do país. Assim como destaca uma contextualização dos seus principais programas com ênfase no PEI e os seus materiais didáticos recolhidos para estudo nesta pesquisa.

A segunda subseção apresenta a “Arqueologia do saber: entre os conceitos integrativos e suas produtividades”, colocando em tela uma imersão conceitual que contextualiza sua produtividade em verificações nas materialidades das propagandas do MOBRAL. O terceiro tópico elenca outra fase dos estudos foucaultianos que nos dedicamos a nominar de “Genealogia do poder: a questão do biopoder, a biopolítica e da governamentalidade”, traçando um referencial teórico que descreve os principais apontamentos conceituais sobre a questão da disciplina, da governamentalidade, da biopolítica e do biopoder, conforme postulados por Foucault.

Na terceira seção apresentam-se as análises que nos propusemos a realizar sobre os enunciados dos materiais didáticos, decidimos intitular esse movimento de “Estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em materiais didáticos do PEI/MOBRAL”, sendo dividido em quatro tópicos. Empreendemos um olhar sobre as subjetividades e a posição de sujeito que são forjadas nesses materiais didáticos, levando em consideração os interesses subjacentes ao MOBRAL, notadamente no PEI. As subseções em destaque são: a) estratégias biopolíticas em discursos sobre o cuidado com a saúde; b) estratégias biopolíticas em discursos acerca da importância da escola; c) estratégias biopolíticas em discursos sobre o trabalho; d) estratégias biopolíticas e a busca pela coesão social; e) estratégias biopolíticas em discursos sobre o esporte e lazer.

Posteriormente, na quarta e última seção, realizamos encaminhamentos conclusivos acerca do estudo produzido, recuperando os objetivos e as questões de pesquisas para evidenciar a contemplação da façanha empreendida em nossa pesquisa dissertativa. Em seguida, destacamos uma síntese dos apanhados nos movimentos das análises para produzirmos direcionamentos às considerações finais.

2. PONDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOGENEALOGIA FOUCAULTIANA PARA SE PENSAR O MOBRAL

A caracterização do termo arqueogenealogia remete aos estudos discursivos do influente filósofo francês Michel Foucault. Seus principais movimentos de pesquisas apresentam-se nos eixos investigativos que foram definidos a partir dos seus leitores e comentadores como arqueologia do saber e genealogia do poder.

No primeiro eixo intitulado de arqueológico, Foucault apresenta um método que busca escavar compreensões de como um saber é institucionalizado, legitimado e reconhecido diante das condições históricas de possibilidades do saber, ou seja, como um saber veio a ser o que ele é. As obras que sustentam essa primeira fase são *História da Loucura (1961), O Nascimento da Clínica (1963), As palavras e as coisas (1966) e Arqueologia do Saber (1969).* Nos moldes arqueológicos, o discurso é evidenciado como uma prática descontínua diante de uma série de acontecimentos, observado a partir de regularidades em meio a uma dispersão, tendo em vista o contexto histórico e social, ultrapassando, assim, as categorias linguísticas.

A segunda base propositiva baseada na genealogia foucaultiana apresenta-se principalmente nos escritos de *Vigiar e Punir (1975)* e *História da Sexualidade volume I* (1976), em que o autor procura evidenciar como os discursos se relacionam com as relações de poder e com a disciplina. Esse eixo interpretativo que emergiu a partir da aula inaugural do *Collège de France*, ministrada pelo estudioso em questão, marca a transição da arqueologia para a genealogia a partir dos ditos em *A Ordem do Discurso (1970),* na mesma perspectiva de análise atrelada aos saberes e aos discursos, porém trabalhando com questões mais amplas que atravessam as instituições, os saberes especializados e que são difusos socialmente. A partir de práticas discursivas e enfrentamentos do poder, o autor pensa a relação do discurso com o poder, sustentando a perspectiva do saber presente nos conhecimentos e elevando um novo modo de pensamento que rompe com a noção metafisica de uma origem essencial.

A abordagem arqueológica apresenta-se marcada por dispersões, fragmentos e definições provisórias (Foucault, 1997), apontando para uma mobilidade e inflexões diante das problemáticas abordadas. Para além disso, [...] “a genealogia foucaultiana se detém nos mecanismos extraepistemológicos de normalização das condutas [...], para relacionar como essa modalidade de controle serve de apoio para a constituição de um novo campo de saber” (Pinho, 2014, p. 180).

As definições e apontamentos apresentados a partir dos percursos realizados por Foucault em sua trajetória de análise do discurso nesse movimento inicial servem muito mais como um contexto situacional do que como uma possível exaustão conceitual. Posto isso, é necessário introduzir os principais conceitos que o autor francês se utilizou em cada argumentação realizada no modelo arqueogenealógico baseado nas relações de saber-poder. Dessa forma, utilizam-se subseções com ponderações conceituais adiante que destacam os discursos e saberes, o arquivo, o discurso como acontecimento, o enunciado e as práticas discursivas presentes na arqueologia. Já na fase genealógica, são evidenciados o biopoder, a biopolítica, e a governamentalidade.

Inicialmente, o subtópico a seguir destaca o MOBRAL, seu surgimento e o seu contexto histórico e social, de forma a apresentar materialidades discursivas a serem vistas e analisadas no prisma dos estudos foucaultianos, principalmente no que diz respeito à biopolítica e à subjetividade. São evidenciadas as características das campanhas de alfabetização centradas na Educação Popular e ponderações sobre o surgimento do MOBRAL e seus desdobramentos. Posteriormente, nas duas subseções subsequentes, destaca-se uma contextualização teórica baseada nos principais conceitos desenvolvidos pelo estudioso Michel Foucault na fase arqueológica e genealógica para mobilizar conceitos que sustentam as análises dos materiais.

2.1 EMERGÊNCIA DO MOBRAL: CONDIÇÕES HISTÓRICAS E OS DESDOBRAMENTOS DOS PROGRAMAS

O Brasil, em meados do século XIX, vivenciava uma experimentação em educação diante das mudanças políticas, sociais e econômicas, com uma grande parcela populacional formada por sujeitos ainda não alfabetizados. Na década de 1950, com as transformações que ocasionaram um processo de modernização diante do crescimento urbano e da industrialização, a demanda educacional ganhou outras proporções necessitando ser ampliada. “O Brasil é renomado mundialmente no campo da educação das pessoas adultas por ser o país em que nasceu Paulo Freire e onde ele se engajou em experiências inovadoras de educação e cultura popular no início da década de 1960”, (Di Pierro, 2017, p. 15).

É nesse cenário que se insere o protagonismo da corrente da Educação Popular. O ideário do educador Paulo Freire se destacou no panorama nacional com perspectivas libertadoras que colocavam em tela o protagonismo dos sujeitos, levando em

consideração suas trajetórias de vidas e possibilitando a formação do pensamento crítico e reflexivo. Percebe-se essa conjuntura freiriana que coloca em tela a emancipação do sujeito na construção de sua autonomia própria, a partir de Di Pierro (2017),

> Paulo Freire concebia os homens e as mulheres como seres inconclusos em permanente busca de aperfeiçoamento e realização como criadores de cultura. Assim, os processos de educação e humanização estariam imbricados. O sentido da educação seria a construção da autonomia do sujeito, e a educação dialógica constituiria o caminho da emancipação. [...] fazendo da educação uma ferramenta de conscientização e transformação das estruturas sociais injustas que oprimem e desumanizam. O autor evidenciou, assim, o caráter político da educação e defendeu o ponto de vista de que os educadores democráticos deveriam assumir uma posição de agentes de mudança social (Di Pierro, 2017, p. 15-16).

Nesse movimento pedagógico, Paulo Freire apresentou no seu itinerário educacional, a partir de uma Educação Popular, possibilidades de valorização dos saberes da população e as experiências advindas da sua cultura nas metodologias de ensino voltadas para a alfabetização, protagonizando a quebra do preconceito e da desvalorização das pessoas adultas e jovens ainda não alfabetizadas ou com pouco grau de escolarização.

A Educação Popular freiriana trilhava perspectivas para contrapor a forma de alienação e exploração perseverando por possibilidades de transformação da sociedade pelo viés igualitário. Na visão de Di Pierro (2017), consequentemente, as práticas de formação humana iluminadas por esse paradigma se orientam pelos valores da liberdade, da justiça e do respeito à diversidade. Desse modo, a efetivação da educação popular envolve a participação do cidadão, a valorização cultural e a vinculação dos conhecimentos científicos aos saberes constituídos, mediante as experiências e práticas que constituem os saberes populares pertencentes aos sujeitos e às comunidades formadas pelo público de jovens e adultos em contexto de alfabetização. “Para manter coerência com os princípios anteriores, as práticas da Educação Popular adotam metodologias ativas, dialógicas, participativas e interculturais” (Di Pierro, 2017, p. 17).

Nesse novo contexto, emergem diversos movimentos populares atrelados ao panorama educacional vigente como forma de “reinventar a educação de forma a tornar as pessoas livres das amarras da alienação a que foram subjugadas e apresentar perspectivas democratizantes do papel do homem enquanto agente social e político” (Barbosa, 2014, p. 50). Ainda conforme Barbosa (2014), norteados por essa nova conjuntura de pensamentos e no âmbito das mobilizações educacionais nos anos que iniciam a década de sessenta surge o Movimento de Cultura Popular – MPC, que

posteriormente influenciou na criação de outros movimentos no território brasileiro. O MPC teve origem no estado de Pernambuco e objetivava uma alfabetização das massas populares a partir de uma educação de base, além de eleger meios de conscientização popular sobre a importância da alfabetização/educação.

> Envolvido com o MCP estava Paulo Freire, que no Centro Cultural Dona Olegarinha, no Recife tecia os princípios metodológicos do que mais tarde se tornaria sua proposta educacional de alfabetização. [...] Nesse movimento, a valorização da cultura popular representava o fortalecimento do universo cultural do povo, de forma que todos eram chamados a engajar-se [...] compreendendo-se que os bens culturais precisavam partir do próprio povo, daí a participação popular ter sido uma característica marcante do movimento (Barbosa, 2014, p. 50).

As características que seguiam esse engajamento ancoravam-se na transformação social, que valorizava a figura do povo como sujeitos ativos dos movimentos educacionais, buscando nesse sentido perceber-se nas possibilidades de mudanças e reivindicações, desenvolveu-se na cidade de Natal-RN, com início no ano de 1961 e perdurando por quatro anos, com a campanha "De pé no Chão Também se Aprende a Ler", uma organização que irrompeu diante dos contextos de elevados índices de analfabetismo da população daquela cidade.

> [...] um movimento educacional que surge dos compromissos eleitorais de Djalma Maranhão, enquanto candidato à prefeitura de Natal [...] A expressão *de pé no Chão Também se Aprende a Ler*, da campanha representava também resistência de um povo que mesmo com os pés descalços pela ausência de recursos, e com os pés no chão da realidade analfabeta presente na cidade de Natal tornava possível o direito de todos a educação/alfabetização (Barbosa, 2014, p. 51-52).

Diante da escassez de recursos, a campanha em questão ocorreu em espaços de galpões estruturados por madeiras na sustentação e palhas de coqueiros na cobertura, as escolas de alvenaria ainda não eram realidade nesse momento. Dessa maneira, a proposta implantou-se com o objetivo de alfabetizar e integrar a relação entre educação e comunidade, assim como diminuir as distâncias entre o contexto dos alunos e a escola, fortalecendo os anseios sociais na busca de soluções perante as problemáticas enfrentadas. Apesar de surgir como uma campanha voltada para as crianças, o movimento "De pé no Chão Também se Aprende a Ler", durante suas fases, contemplou a educação de adultos.

Para Freire (1967), as possibilidades de alfabetização precisariam vincular-se à vida do educando. Dessa maneira, o engajamento dos procedimentos metodológicos

utilizava-se de meios criadores de vocabulários engessados nas condições, experiências e histórias de vida que os adultos carregam consigo.

> Este levantamento é feito através de encontros informais com os moradores da área a ser atingida, e em que não só se fixam os vocábulos mais carregados de sentido existencial e, por isso, de maior conteúdo emocional, mas também os falares típicos do povo. Suas expressões particulares, vocábulos ligados à experiência dos grupos, de que a profissional é parte. Esta fase é de resultados muito ricos para a equipe de educadores, não só pelas relações que travam, mas pela exuberância não muito rara da linguagem do povo de que às vezes não se suspeita (Freire, 1967, p. 111).

Uma outra campanha que surgiu no momento da ascensão da Educação Popular libertadora, no ano de 1961, foi o Movimento de Educação de Base – MEB, que segundo Favero (2004), "foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país" (Favero, 2004, p. 1). A campanha teve incentivo de órgãos do governo nas esferas federal e estadual e previa a instalação por meio de emissoras católicas.

> O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente. Para tanto, a CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENEC – Representação Nacional das Emissoras Católicas, comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes (Favero, 2004, p. 1).

Entre os objetivos do programa estavam a alfabetização, organização comunitária, a promoção agrícola e social, além de uma educação sanitária e propostas voltadas para a questão moral e cívica. Previa também o zelo pelas práticas do desenvolvimento espiritual cristão dos povos nacionais. "O MEB foi criado, em colaboração com o Estado, para concretizar sua presença no social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo" (Fávero, 2004, p. 5).

Nesse ínterim da Educação Popular especificamente pautada nas ações experimentais de Paulo Freire, desenvolveu-se o projeto educacional *40 horas de Angicos,* realizado no ano de 1963, no município de Angicos no estado do Rio Grande do Norte. Conforme Germano (1997),

> Angicos tornou-se uma palavra emblemática para todos aqueles que se interessam pela educação popular. A cidadezinha localizada no sertão do Rio Grande do Norte foi o palco em que, pela primeira vez, Paulo Freire, em princípios de 1963, pôs em prática o seu famoso método de alfabetização de adultos. Dessa maneira, o trabalho, que até então era desenvolvido de forma

> incipiente no Recife, ganhou grande visibilidade em níveis nacional e internacional (Germano, 1997, p. 389).

O município de Angicos apresentava um elevado índice de analfabetismo e representava atraso social e poucas perspectivas de desenvolvimento. Diante desse contexto, por intermédio da Secretaria de Educação do Estado, iniciou-se a experiência por meio do método de alfabetização freiriana que partia do contexto dos adultos às iniciativas de alfabetização, buscando relacionar letras e palavras ao contexto de vivências dos adultos alfabetizandos, e com isso gerar momentos de diálogos, significação e participação. A proposta realizou-se com a participação de estudantes universitários e o uso do método freiriano de alfabetizar, tendo como foco a educação libertadora que colocava em cena reflexões sobre problemáticas sociais, gerando um diálogo crítico durante os *círculos de diálogos.* Esses momentos eram conduzidos a partir do *universo vocabular* que englobava as *palavras geradoras*, anteriormente pesquisadas e formuladas pelos estudantes e pesquisadores, coletadas no contexto dialógico local dos próprios adultos.

Ainda conforme Barbosa (2014), a escrita servia para reivindicar direitos, pois a alfabetização na campanha 40 horas de Angicos era também um ato reflexivo que proporcionava a geração de consciências sobre a luta por direitos,

> *Palavras geradoras*, escolhidas pelos critérios de riqueza, dificuldade fonética e engajamento na realidade local, de leitura, mas sobretudo, de interpretação da realidade, pois geravam a reflexão em torno das situações de violação. Uma alfabetização em que a *ficha da descoberta* das novas palavras permitia, também, descobrir novas possibilidades (Barbosa, 2014, p. 56).

Partindo do princípio de defesa da emancipação do cidadão, essa campanha articulada pela proposta educacional de Paulo Freire ganhou notório destaque no cenário nacional e possibilitou a elevação da educação de adultos ao patamar de um direito humano, efetivando-se como modelo piloto da educação nacional no início do ano de 1964. Porém, essa política educacional pautada nos princípios democráticos e de humanização não consegue se firmar efetivamente como modelo de educação nacional, devido a contraposições, resistências e derrubadas com a chegada da governança política implantada pelo governo dos militares no país.

O plano de alfabetização que seguia essas correntes da Educação Popular foi interrompido no início do período da governança do Regime Militar no país iniciada no ano de 1964, já que o objetivo dos militares era apenas implementar seus interesses em formar a população para desenvolver atividades que preenchessem as lacunas do mercado

de trabalho. Borges Neto (2021, p. 124) destaca "[...] sabe-se que a educação popular e todos os outros projetos de cunho popular, como a reforma agrária e urbana, por exemplo, foram interrompidos com a instauração, via golpe, do regime militar, em março de 1964".

Além disso, o Estado naquele período utilizou-se de várias estratégias para implantar suas ideias e coagir o corpo populacional a uma padronização educacional tecnicista na formação de mão de obra. Com a criação e a implementação do MOBRAL, objetivaram alfabetizar em um curto espaço de tempo jovens e adultos em todo o território brasileiro, com disseminação de fortes campanhas e distribuição de materiais didáticos que envolveram diferentes segmentos para intensificar e executar a proposta.

O MOBRAL, movimento educacional que atingiu todas as regiões do Brasil no período compreendido entre sua criação e extinção (1970-1985), apresentava uma organização estrutural que envolvia diferentes esferas governamentais, a iniciativa privada e o voluntariado da população. Criado, nas palavras de Borges Neto (2021, p. 125), "de forma impositiva, sem a participação popular, mas que exigia que fosse assumido e tomado por todas as pessoas convocadas, como nos feitos militares, não havendo outra possibilidade a não ser acatar a imposição".

Enraizado por fortes campanhas de divulgação como um programa educacional de solução para o analfabetismo e de ascensão desenvolvimentista do país, associou a alfabetização à funcionalidade dos indivíduos para o mercado de trabalho. Sua base estrutural tinha como objetivo também colocar em prática a mobilidade operacional, funcionando no mais curto prazo possível, já que tinha como ascensão o desenvolvimento da pátria a resolução do problema do analfabetismo.

Instituído como uma fundação com vinculação ao Ministério da Educação, a partir da lei n.º 5.379/67, o MOBRAL constitui uma proposta ideológica do regime militar que, dentre seus objetivos, pretendia alfabetizar 11,4 milhões de brasileiros incialmente, até o ano de 1971, porém só começou a funcionar de fato em setembro de 1970, três anos após a sua instituição normativa. A determinação de criação pode ser vista no artigo 4º da referida lei que legislou inicialmente,

> Art. 4.º - Fica o Poder executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília. (MEC, 1973, p. 50).

Após ser desmembrado do Diretório Nacional de Educação (DNE), o MOBRAL passou a ser órgão executor dos seus programas, tornando-se assim autônomo e

independente. A lei de criação do MOBRAL apresentou propostas para erradicação do analfabetismo no país até o ano de 1985, pretendendo implantar diversas possibilidades educacionais e infraestrutura que permitisse o desenvolvimento dos seus programas, objetivando a alfabetização funcional.

O movimento educacional que ousava mudar os pensamentos da educação no sentido de alfabetizar jovens e adultos atribuiu vários objetivos a sua funcionalidade, como noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e funcionais a atendimento de problemas relacionados à saúde, trabalho, lar, religião, civismo e recreação. Como forma de aproximação e socialização do público alvo o MOBRAL instalou centros de atendimentos chamados de centros de educação social e cívica, que propositavam fixar as formas de comunicação e difusão do programa (Corrêa, 1977).

Diante do exposto, é importante situar a emergência histórica do MOBRAL para entender como tal programa se configurou em um instrumento de manutenção da ordem social instituída no período ditatorial brasileiro e de que forma repercutiu sobre o governo da população. Isso porque, para Resende (2020, p. 52), no governo militar, a educação "[...] se situou por meio das relações da instituição escolar com a sociedade, como tecnologia de governo, no nível do Estado, como uma instância que foi capaz de realizar uma espécie de coordenação dos processos de biorregulação educacional".

Assim, no tocante ao MOBRAL, Silva (2023, p. 2) descreve que se tratou de

> um projeto que recebeu grande quantidade de recursos para ser desenvolvido em território nacional, contemplando produção de material didático, oferecendo incentivos para investidores, com ampla divulgação, contando inclusive com produções musicais para difundir o tema. O MOBRAL, prometia reduzir drasticamente o índice de analfabetismo no país, que, na ocasião de lançamento da campanha representava 36% da população, (Silva, 2023, p. 2).

A citação discute a disseminação rápida do MOBRAL para todas as áreas territoriais do país, presente nos fortes investimentos e modelos de divulgação que pudessem atingir os diferentes lugares. O programa surgiu como uma promessa fortificada para mudar a realidade das pessoas a partir da alfabetização, já que o número de analfabetos naquele período era extremamente elevado. Para Souza (2021), o MOBRAL foi pensado sob a lógica militar, visando atingir os lugares mais distantes do país, como uma estratégia de manter o controle sobre a população e gerar uma resposta para a sociedade, com vistas a manter o regime militar. Porém, Borges Neto (2021) atesta

a intencionalidade em evidenciar o MOBRAL como um programa eficiente na erradicação do analfabetismo do país e em apagar as ações dos movimentos anteriores,

> A propaganda e a publicidade promovem a propagação de ideais e produtos e, no caso do MOBRAL, ocorreu um maior esforço dessas publicidades durante o período de lançamento e consolidação do programa, divulgando-o como eficiente e capaz de erradicar o analfabetismo no Brasil, ou seja, um projeto grandioso e de sucesso. Contudo, a memória construída desse período é frágil, divulgando-o como um tempo sem corrupção [...] A partir dos anúncios publicitários da revista Veja, Silva (2019) reconhece que havia, explicitamente, o propósito de apagar da memória todas as ações de combate ao analfabetismo impetradas anteriormente, colocando o novo Programa como o único capaz de atuar na raiz do analfabetismo (Borges Neto, 2021, p. 128-129).

Um outro objetivo do MOBRAL, além de erradicar o analfabetismo, era a promoção da funcionalidade dos sujeitos diante de uma nova conjuntura econômica que se instalava naquele período, marcado pela parceria do governo militar com o capital nacional e internacional, tendo como foco o crescimento da indústria brasileira (Souza; Oliveira; Lima, 2023). Porém, o público alvo se apresentava, de acordo com a visão dos idealizadores do programa, como sujeitos de poucas expectativas, sem conhecimento formal e tachados como pobres. Para Lima, Macêdo e Souza (2022),

> O MOBRAL mantinha como ação prioritária, a alfabetização funcional de adolescentes e adultos e buscava capacitar o sujeito para o domínio da escrita, leitura e contagem. Nos termos da instituição, a funcionalidade desta alfabetização dizia respeito à formação de mão de obra apta para se adaptar às exigências da modernização econômica; no entanto, para outros, a funcionalidade deveria ser entendida como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da classe pobre (Lima; Macêdo e Souza, 2022, p. 388).

É notório que as políticas educacionais nesses termos voltadas para a população não atendia a critérios mínimos de formação do cidadão que o projetasse para o contexto do trabalho e tampouco lhe apresentava possibilidades de seguir um novo projeto de vida. Apesar dos investimentos financeiros vultosos e das parcerias com municípios pelo governo militar, os resultados que pretendiam alcançar eram apenas de preparação das pessoas para se apropriarem da leitura e adquirir conhecimentos básicos sobre algumas temáticas por meio dos materiais didáticos. Por fim, conseguir certificados de conclusão de uma etapa de estudo ou receber orientações para o trabalho.

Conforme apresenta a UNESCO (2008), as ações do MOBRAL, mesmo que tenham atingido diferentes áreas rurais e urbanas, não conseguiram alcançar a promessa de erradicação do analfabetismo. A UNESCO (2008) ainda destaca que “a iniciativa de maior repercussão derivada do MOBRAL foi o PEI – Programa de Educação Integrada,

que condensava o antigo curso primário e criava a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados e demais pessoas que dominavam precariamente a leitura e escrita" (UNESCO, 2008, p. 28). Alguns dos programas desse movimento de alfabetização ainda ganharam destaque notório nas suas propostas, mas o MOBRAL acabou sendo extinto no período de transição democrática do país, no ano de 1985.

2.2 ARQUEOLOGIA DO SABER: ENTRE OS CONCEITOS INTEGRATIVOS E SUA PRODUTIVIDADE

Como forma de buscar compreensões sobre a construção e reconstrução do saber ao longo do tempo, Foucault procurou analisar os sistemas de saber por um viés diferente de perspectivas tradicionais, inovando nas formas de compreensão da construção do saber, implicando uma estruturação social e histórica forjada pelas relações políticas e econômicas. Para o estudioso em questão, o saber é uma produção formada por diferentes questões históricas, produções sistemáticas e de forças, e a arqueologia do saber tem a função de escavar esses contextos que são tidos como verdadeiros e positivos gerando consequentemente uma aceitabilidade. Para Azevedo (2013), a intenção do arqueólogo era de investigar a regularidade dos enunciados e a descrição dos fatos os quais se encontram em seus arquivos. "A preocupação em expor a formação discursiva revela que, segundo a análise foucaultiana, os discursos e saberes configuram históricos que devem ser expostos e compreendidos" (Azevedo, 2013, p. 150).

Foucault (2008c) utilizou-se do termo arqueologia para tratar de um domínio de pesquisa para escandir em saberes que são próprios em uma sociedade e que podem apresentar condições ou possibilidades de serem constituídos historicamente.

O próprio Foucault (2008c) apresentou traços para estabelecer a diferenciação em suas interpretações sobre a ideia das coisas e suas análises arqueológicas,

> A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica" (Foucault, 2008c, p. 157).

Quando elenca elementos para direcionar o entendimento da arqueologia, Foucault (2008c) faz lembrar que não se trata de definições para verificar o que se apresenta no instante da proliferação do discurso, intentando reproduzi-lo ao tempo de sua manifestação, mas parte de uma descrição sistemática de um discurso ao afirmar que,

> [...] ela não se propõe a recolher esse núcleo fugidio onde autor e obra trocam de identidade; onde o pensamento permanece ainda o mais próximo de si, na forma ainda não alterada do mesmo, [...] em outras palavras, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade (Foucault, 2008c, p. 158).

Seguindo as compreensões de Foucault em sua fase arqueológica, Carmo (2015) definiu as características fundamentais sobre o conceito da arqueologia,

> A arqueologia seria uma pesquisa (não no sentido histórico comum, pois não visa trabalhar as ideias ou as mentalidades em sua evolução, mas recortes históricos bem determinados) sobre as condições de formação não só dos saberes, sejam eles quais forem, mas também das práticas e das instituições que guardam e reproduzem esses saberes. São as emergências dos diferentes saberes de uma época, as relações e determinações entre eles que permitem a realização de uma configuração epistêmica local. É a ideia de *episteme* que fizeram os críticos o relacionarem ao estruturalismo (Carmo, 2015, p. 112).

A arqueologia é uma análise caracterizada na modalidade de *arquivo* conforme afirmado por Foucault (2008c), que recai sobre a prática do discurso e a materialidade reveladora da existência do enunciado. Em Foucault (2008c), os enunciados passam a ser configurados a partir de suas complexidades que se instalam por práticas e regras específicas de domínio e emergem diante de uma série de acontecimentos.

Assim, sobre as inferências tidas em Foucault (2008c), é possível propor uma definição para o conceito de *arquivo* como o conjunto denso das práticas discursivas que proporcionam o surgimento dos enunciados a partir das condições de domínio de aparecimento/surgimento *dos acontecimentos* e das possibilidades de utilização *das coisas* diante de um campo de interesse. Consequentemente, Foucault (2008c) segue seu raciocínio, afirmando que o arquivo não deve ser entendido/esgotado como fontes e registros de uma sociedade, mas percebido diante de um jogo de relações,

> Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de

> relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas (Foucault, 2008c, p. 146).

Dessa forma, o arquivo transita inicialmente como o aparecimento dos enunciados diante de determinados acontecimentos, mas ao mesmo tempo proporciona por meio de uma descontinuidade a aproximação das coisas que são ditas. “O arquivo é o que diferencia os discursos em suas existências múltiplas e os especifica em sua duração própria [...] é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2008c, p. 147). Pode-se dizer ainda que seu campo de atuação/ordenamento engloba as estruturações que permitem perceber através dos fragmentos enunciativos dissipados no tempo um jogo de distinções dos discursos para definir o afastamento entre o ser e o fazer do sujeito. Por fim, Foucault (2008) reafirma o surgimento do termo arquivo como meio de proposição para descrever os discursos por intermédio da arqueologia.

Partindo da premissa conceitual dos discursos, entendidos como uma dispersão, ou seja, uma formação de elementos que não apresentam unidade, buscamos perceber as regras de constituição de certos enunciados semelhantes para definir uma regularidade e entender que esse sistema de relação entre objetos, meios enunciativos e estratégias conceituais caracterizam a formação discursiva. Amparado pelo que decidiu chamar de *regras de formação*, Foucault (2008c) entende que essas compõem os determinantes dos fatores, baseados na manutenção, modificação, desaparecimento e até coexistência, para entender o que por convenção tratou ser uma formação discursiva,

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (Foucault, 2008c, p. 43).

Posto isso, sobre as (re)significações das formações discursivas pode-se apresentar uma definição nesta etapa do *saber* sobre o discurso, a partir de Foucault (2008c), podendo ser convencionado como um conjunto de enunciados que se ancoram nas mesmas formações discursivas. Em continuidade a suas afirmações ainda acrescentou direcionamentos da descontinuidade do discurso no contexto histórico, mas que se afirmam histórico dentro de uma temporalidade,

> O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (Foucault, 2008c, p. 133).

Do ponto de vista de Foucault (2001), o discurso ultrapassa o simples ato presente nas palavras, falas ou nas referências das coisas, configurando-se como um conjunto de regras próprias das práticas discursivas. Assim sendo,

> Não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever" (Foucault, 2001, p. 56).

Neste sentido, Foucault busca entender como o discurso pode emergir em meio a uma formação histórica das relações de saber-poder. Além disso, diante de um sistema coercitivo ou excludente, é preciso compreender as construções das práticas discursivas e a constituição histórica dos sujeitos e como essas transformações se dão por meio de ações políticas e suas relações com outros tipos de práticas. Foucault (2001) ainda disserta sobre diversos meios de transformações dos discursos, perceptíveis no que é colocado como limites, no sentido do que é perpetuado ou esquecido, na validação de práticas discursivas que serão mantidas ou caídas no esquecimento. Também os discursos podem ser reformulados ou apropriados por determinados grupos diante das possibilidades de dominação.

É em meio aos acontecimentos, ou seja, diante de um conjunto de condições favoráveis que o discurso emerge nas relações sociais. Essas condições são entendidas como discursivas ou não, mas que formam um arranjo de coisas para posteriormente surgir o enunciado, este é antecedido por uma coexistência entre as materialidades e o que é discursivo. A prática discursiva relaciona-se a um determinado espaço, período ou limitação geográfica, apresentando uma realidade concreta, mas que não é universal, favorecendo ao entendimento de que o discurso é prática, sendo assim afirma-se como uma dedução não lógica e não pode ser entendida como algo localizado no sujeito, já que o sujeito se posiciona como um elemento no meio da prática discursiva.

Para Foucault (2008c), não existe saber sem prática discursiva, as especificações a seguir são definições que o filósofo destacou sobre as possibilidades e caracterização do saber,

> Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (Foucault, 2008c, p. 204).

Sendo assim, o autor problematiza o termo enunciado como um elemento que está intimamente ligado ao discurso, afirmando ser o lócus onde as unidades significativas se acumulam, podendo ser entendido como algo que transcende a estrutura linguística justificado por ser falado, gravado ou dito e que é passível de ser repetido ou reproduzido. Sobre a complexidade do enunciado, Foucault (2008c) apresenta o seguinte entendimento,

> [...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (Foucault, 2008, p. 31e 32).

Inicialmente, Foucault (2008c) buscou estabelecer que o enunciado em sua análise não possui equivalência de proposição, esclarece também não apresentar correspondência de igualdade com uma frase, apesar de que em algum momento, entende-se sua constituição a partir delas, por meio de um ponto de vista específico. Então, o desenho mais plausível do enunciado apresenta-se em algo que surge no âmbito do subentendimento, perante o que antes foi produzido para a sua enunciação. Nesse sentido, Khalil (2014, p. 29) acrescenta que "a discussão sobre o enunciado no interior da análise do discurso, de modo geral, não considera apenas o contexto pragmático da enunciação, mas também um domínio de anterioridade, que diz respeito à construção de redes enunciativas no decorrer da história".

Uma outra afirmação cabível na contextualização da formulação do enunciado é o entendimento de algo que já foi dito, repetido, que possui uma história e uma ordem de

elaboração, desse modo se fragmenta em uma unidade mínima do discurso, mas sem possuir uma estrutura específica ou delimitada.

No contexto de formulação foucaultiana, o enunciado é compreendido como um elemento histórico, entrevisto por meio de suas regras de formação, Conforme Khalil (2014), não há equivalência entre o conjunto de enunciados de um discurso e o conjunto de sentenças possibilitadas pelas relações estruturais de um sistema linguístico. São as regras discursivas pautadas nas materialidades em meio aos dizeres que definem o sentido do enunciado a partir de suas emergências. Foucault (2008c) define o enunciado, operando a partir da negativa, ou seja, daquilo que não é o enunciado,

> O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (Foucault, 2008c, p. 98).

O enunciado é tratado por Foucault (2008c), como uma “função de existência”, pois se liga diretamente a sua relação de referência, entendível como um conjunto de domínios que permitem assinalar o enunciado em um momento determinado. As possibilidades que proporcionam esse surgimento são as que delimitam e definem o seu referencial,

> Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um correlato - ou uma ausência de correlato, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um "referencial" que não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas (Foucault, 2008c, p. 103).

Foucault (2008c) especifica a posição de sujeito perante um enunciado, mostrando que ele não se posiciona dentro dos signos linguísticos, mas se configura naquele que pronunciou uma série de elementos, de alguma forma, sem necessariamente ser o autor. “De maneira geral, parece, pelo menos à primeira vista, que o sujeito do enunciado é precisamente aquele que produziu seus diferentes elementos com uma intenção de significação” (Foucault, 2008c, p. 104). Porém, pode-se dizer que, para o sujeito da enunciação, as relações são diferentes na forma do que irá enunciar, apesar de o enunciado possuir os mesmos caracteres.

Sendo assim, o sujeito enunciador pode adotar posições diferentes dentro dos contextos em que o enunciado é inserido, “se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito” (Foucault, 2008c, p. 108). O sujeito do enunciado é diferente do autor da sua formulação,

> Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (Foucault, 2008c, p. 107).

Consequentemente, para que qualquer função enunciativa seja enunciada precisa-se de um domínio associado, é o que faz uma proposição ou uma frase formulada a partir de uma simples apresentação com prévia definição se diferenciar do enunciado. Em Foucault (2008c), necessita-se de uma articulação de envolvimento a um “campo adjacente”, para que essas construções passem a ter função enunciativa. “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por "contexto" - real ou verbal -, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido” (Foucault, 2008c, p. 110).

> O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. [...] É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...] é constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica (Foucault, 2008c, p. 111).

Esse domínio se faz na relação de dependência que o enunciado carrega seja de diferenciação ou integração, podendo ainda desenvolver uma função sobre outros enunciados, mas sempre coexistindo ou sucedendo outras formulações enunciativas.

Essas coexistências "[...] é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam" (Foucault, 2008c, p. 112).

Finalmente, para que um enunciado se configure como tal, necessita-se também de uma materialidade repetível.

> O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. Além disso, o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecidas todas as suas determinações: em parte, ela o constitui (Foucault, 2008b, p. 113).

Por conseguinte, reafirma-se a dimensão do enunciado que ultrapassa as circunferências de unidade, esclarecendo a sua produção por meio de regras de formação no espaço e no tempo que surgem como uma determinada função, a função enunciativa.

Em continuidade aos autos reflexivos sobre os pressupostos conceituais apresentados a partir de Foucault e de estudiosos que se debruçam na arqueologia do saber, empreendem-se outras considerações por meio de verificações analíticas na materialidade da figura 2 que se apresenta, logo, a seguir. Trata-se de um recorte histórico do período ditatorial brasileiro (1964-1985), recolhido em página disponível na *internet*, mas que faz parte de uma materialidade da Revista Veja, veículo de vasta divulgação na época e que apresenta uma propaganda referente ao MOBRAL.

Figura 2: Propaganda do MOBRAL, Revista Veja – 1973



Fonte: https://www.propagandashistoricas.com.br.

A figura 2 destacada constitui uma materialidade discursiva recolhida de um veículo de informação no período de fortes tentativas de implantação da educação funcional e erradicação do analfabetismo pelo Estado brasileiro durante a ditadura Civil-Militar, conforme já sinalizado. A propaganda foi publicada pela Revista Veja, em 1973, e destaca um chamamento do MOBRAL a empregadores para orientarem seus funcionários/empregados a ingressar no programa. Os meios enunciativos do discurso em tela, entendidos como práticas discursivas à medida que apresenta o sujeito como um elemento que sofre os atravessamentos e se posiciona no meio da formação enunciativa, podem ser percebidos como uma forma de imposição e não de orientação, quando se utiliza do *status* de superioridade dos "patrões".

Essas configurações discursivas também definem o que Foucault (2008c) trata sobre a constituição do saber na proporção em que se utiliza de um veículo de comunicação para possibilitar uma apropriação e construção dos discursos. As formações discursivas do recorte presentes na figura 2 descrevem enunciados que especificam inserir

o maior número de sujeitos no programa MOBRAL para definir uma regularidade a partir de condições que possibilitem consequências específicas, alfabetizar milhões de brasileiros. A alfabetização funcional desenfreada para atender interesses políticos e econômicos desse período é percebida também no enunciado em destaque que incita uma impulsão do maior número de adultos a aderirem à campanha, e se concretiza quando a propaganda coloca em destaque, *ensine o caminho [...] e o Mobral faz o resto,* mostrando o envolvimento dos diversos setores da sociedade.

As reflexões a partir dos enunciados das regularidades presentes nas formações discursivas da figura 2 permitem perceber que há um campo de interesse quando se utiliza de meios enunciativos específicos para a ocorrência de determinados acontecimentos, proporcionando entender a materialidade discursiva como o arquivo apresentado em Foucault (2008c), registrando assim um jogo de regras e relações, que caracterizam a unidade do discurso. Essas especificações enquanto emergência discursiva revelam nos sistemas de conhecimentos a construção do saber forjado em relações políticas/sociais. O enunciado *"ensine o caminho a quem não sabe",* ultrapassa o campo dos signos presente na proposição, subentende-se que é esperado que todos saibam o caminho, quem não sabe? constituindo-se assim em outras práticas discursivas revestidas em imposição ou forma de responsabilização no que diz *"leve quantas pessoas puder para aprender com o MOBRAL"*.

Um outro aspecto a ser analisado é a inserção na campanha de grupos sociais e empresariais com maior poder aquisitivo, pois o fato de alfabetizar e orientar a população para o trabalho, tornando os alfabetizados em sujeitos funcionais lhes favorecia com o suprimento da mão de obra e aumentaria consequentemente o consumo dessa população trabalhadora. Esses enunciados implicam o que Foucault (2008c) precisou como prática discursiva, ou seja, "[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, [...] as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault, 2008c, p. 133). O chamamento da campanha para os grupos citados anteriormente se protagoniza na materialidade discursiva do pedido/convocação que a propaganda apresenta, *leve quantas pessoas puder para aprender com o Mobral [...] o operário da sua indústria, o faxineiro do seu escritório, o entregador de sua loja,* afirmando assim, que o movimento educacional do MOBRAL é uma responsabilidade de todos os brasileiros.

Além disso, a imagem de um senhor com aparência de triste, incapaz e infeliz precisaria de um direcionamento para que pudesse descobrir a sua funcionalidade, atribuindo a necessidade de saber ler e escrever como mecanismo de ascensão e fator de humanização. Esses efeitos próprios do campo enunciativo que reiteram aquilo que já foi mencionado, repetido, por meio de uma ordem de elaboração e estruturação dos sistemas linguísticos comtemplam a formulação do enunciado em Foucault. O lápis em destaque na mão do homem aparece como uma ferramenta de trabalho e um substituto à enxada, e a imagem em preto e branco atesta tentativas em transparecer situação de tristeza e amargura na vida dos sujeitos não alfabetizados, possibilitando transparecer um cenário com falta de "luz", relacionando esse contexto opaco atribuído ao analfabetismo como uma prisão nas "trevas".

2.3 GENEALOGIA DO PODER: A QUESTÃO DO BIOPODER, DA BIOPOLÍTICA E DA GOVERNAMENTALIDADE

A genealogia do poder em Michel Foucault apresenta-se como uma abordagem histórica que possibilita uma leitura em torno das práticas de poder, manifestando uma contraposição às questões macroestruturais e preocupando-se com a microfísica do poder[3], "uma espécie de combinação entre vigilância hierárquica e sanção normalizadora, que conflui no exame disciplinar" (Candiotto, 2012, p. 20). Dessa forma, seu pensamento buscou levantar questionamentos sobre o poder evidente, visível e indiscutível, colocando em tela o poder estabelecido nas relações sociais, realizando sobremaneira uma crítica ao poder concedido por meio de leis e de direitos.

Nos escritos de Foucault (1999b), que é destacado o corpo preso a novas técnicas de poder, não mais apenas as que quase sempre existiram em uma sociedade, que estabeleciam imposições, obrigações e proibições, nesse momento é o detalhamento do corpo que passa a ser configurado sobre as formas de controle. Dessa forma, novas modelagens de poder surgem sobre corpo com intuito

[3] De acordo com a definição de Machado (2013, p. 14), o que Foucault chamou "microfísica do poder" significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, à medida que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

> [...] de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica-movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, eficácia dos movimentos, sua organização interna; [...] (Foucault, 1999b, p. 163).

Um outro fator evidenciado em Foucault (1999b) é a efetivação dessa nova modalidade disciplinar sobre as forças/exercícios de maneira ininterrupta que estabelecem sujeições docilizadas dos sujeitos no exercício do controle,

> A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas" (Foucault, 1999b, p. 164).

É o processo de domínio de forma específica sobre o próprio corpo, ou sobre os corpos dos outros para que operem as técnicas de forma rápida e eficiente, o que Foucault (1999b) chamou de "anatomia política" ou "mecânica de produção". Entretanto, a objetivação não é agora a de determinação ou comando "mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis" (Foucault, 1999b, p. 164).

Nesse processo, Foucault (1999b) apresenta uma nova tecnologia de poder que substitui a punição, anunciando a disciplina em substituição à soberania, destacando ainda a questão da *vigilância* mecanismo mais eficaz nessa constituição, em uma sociedade disciplinada que está o tempo todo sendo vigiada por meio de estratégias. Essas normatizações do sujeito pela disciplina constituem uma subjetividade docilizada dos corpos, conforme bem destaca Candiotto (2012), ao dissertar em seus estudos,

> A disciplina é a técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar como plataforma uma anatomia política do corpo. A distribuição e repartição superficial dos corpos em um espaço determinado os tornam úteis e dóceis; mas pela docilização e otimização dos corpos visa-se à constituição de um incorporal, de uma subjetividade docilizada (Candiotto, 2012, p. 20).

Diante desses argumentos o poder disciplinar se efetiva, não para reduzir os sujeitos nas suas relações produtivas de forças, mas como maneira de apropriar-se de forma minuciosa para ampliar, multiplicar e utilizar numa função de "adestramento". Foucault (1999b, p. 195) diz que "não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente". Essas formas de poder

se apresentam em modalidades pequenas que aos poucos se infiltram nos mecanismos de soberania e de controle do aparelho estatal, realizando assim modificações por meio de imposições desses processos. “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault 1999b, p. 195).

A vigilância hierárquica nesse momento, no advento de mudanças no século XVIII, passa a ser constituída a partir de novas condutas de poder, conforme afirma Foucault (1999b),

> organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos seu funcionamento é de uma rede de relações [...] essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (Foucault, 1999b, p. 201).

Esse poder de vigilância hierárquica não é apresentado ou transferido como um domínio de propriedade ou como uma coisa estabelecida, mas é distribuído de forma contínua e permanente por meio de forças de poder para os indivíduos.

> O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (Foucault, 1999b, p. 202).

Uma outra característica que surge como forma de poder disciplinar é a normalização das condutas, que conforme Foucault (1999b), se estabelece por meio de uma força coercitiva que regulariza, principalmente, para regular processos e os produtos industriais, “O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, [...] estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde;” (Foucault, 1999b, p. 208).

Ainda sobre essas sanções normalizadoras, Foucault (1999b) acrescenta que, apesar de tornar a população homogênea, ela se torna um fator da individualização ao tempo que serve para classificar as especialidades, medir desvios e determinar níveis; ainda acrescenta que junto a outros métodos de regularização, como a vigilância, surge com essa função específica de exercer novas formas de poder.

> Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos

> acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares (Foucault, 1999b, p. 208).

Essas técnicas de vigilância e de função normalizadora são estabelecidas por meio de exames de qualificação, classificação e punição, estabelecendo nas palavras de Foucault (1999b, p. 209), "sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados". Na constituição dessas práticas Foucault (1999b) utiliza-se da medicina e das atuações em instituições hospitalares assim como da educação para exemplificar a constituição desse mecanismo de normalização. Resgata os "rituais de visitas" colocando em tela uma maneira de normalização do médico sobre o doente por meio do acompanhamento constante, que passou a ser composto por um corpo de médicos e enfermeiros nesse processo e se perpetuou no disciplinamento do hospital.

No ensino, o aparelho de acompanhamento ininterrupto passa a ser exercido pela escola, numa relação de conhecimentos entre professores e alunos que examina e classifica, "O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos" (Foucault, 1999b, p. 211).

Por fim, o exame insere-se como fator de mediação entre o que vigia e normaliza as técnicas de poder, classificando e individualizando o tempo e as relações de forças em uma sociedade,

> Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente (Foucault, 1999b, p. 216).

Diante desse processamento em que Foucault destaca agora a visão da disciplina sobre os sujeitos, a superfície de aplicação do poder se desloca então para aquele que é submetido a um campo de visibilidade, como bem destacado em Candiotto (2012).

Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* trata sobre os sistemas de vigilância e controle utiliza-se metodologicamente de um instrumento fictício, que buscou exemplificar uma maneira para o indivíduo ser visto a todo instante e "nunca ver nada",

levando-o a impulsivamente seguir assim condutas determinadas. Esse modelo descritivo foi baseado no Panóptico de J. Bentham[4] que, segundo Candiotto (2012),

> Trata-se do poder ao mesmo tempo indiscreto e discreto, pois se de um lado ele está em toda parte e sempre alerta, de outro funciona sempre em silêncio. Ele pode, ainda, ser pensado como um poder do olhar calculado, porquanto a disciplina se faz funcionar por seus próprios mecanismos. Segue-se que a vigilância hierárquica é eminentemente uma estratégia de distribuição do olhar (Candiotto, 2012, p. 21).

Consequentemente, essa genealogia preponderantemente apresentou como foco a emergência dos acontecimentos em detrimento da origem das coisas, mostrando assim evidências de que os acontecimentos estão atravessados por relações de força. Os dispositivos de segurança foram utilizados nessa contextualização como elementos responsáveis por produzir práticas de sujeição sobre os indivíduos, a partir de experiências da modernidade.

Outros conceitos basilares da genealogia que podem ser destacados se relacionam à concepção de biopoder, que diz respeito à manutenção ou regulação da vida dos sujeitos por meio de relações de poder que se estruturam de forma ampla pelo viés político e social, protagonizado pela força produtiva do corpo e o controle do tempo e espaço. Nesse momento Foucault passa a analisar não somente as práticas de normalização da conduta do indivíduo, mas também a regulação da população. Nesse sentido, Marino (2018) apresenta que "na inserção desse novo propósito de normalização a população não é entendida como sinônimo de povo, mas refere-se a uma multiplicidade numerável acessível a estatística e seguridade" (Marino, 2018, p. 61).

Desse modo, é preciso pensar a partir de então em um novo fenômeno de regulação realizado por meio dos mecanismos de segurança sobre a massa populacional. Marino (2018) ainda se apropria desse momento, tratado por Foucault sobre as relações de poder, para definir que essa regularização deixa de ser sobre o corpo e recai na espécie,

> São fenômenos cujo o tratamento exige mecanismos de poder diferente dos disciplinares. Trata-se de mecanismos reguladores [...] de mecanismos de

[4] Jeremy Bentham, filósofo utilitarista inglês do século XVIII, descreve, em *O Panóptico*, o projeto de uma construção carcerária que se fundamentaria no "princípio da inspeção", segundo o qual o bom comportamento dos presos seria garantido se eles se sentissem continuamente observados. Para isso, Bentham previa a construção de dois edifícios circulares concêntricos: no edifício exterior ficariam as celas dos presos, construídas de forma a estarem constantemente abertas à vigilância de inspetores situados na torre central, localizada no círculo interior.
Disponível em: https://www.amazon.com.br/pan%C3%B3ptico-Jeremy-Bentham/dp/8551304925. Acesso em: 07 jul. 2025.

> segurança que, tomando os eventos aleatórios da massa populacional, "vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações," com objetivo de otimizar um estado de vida por meio de uma regularização [...] (Marino, 2018, p. 61).

Pertinente a esse processo de produção de subjetividade na interrelação com a biopolítica, Foucault (2010) dissertou o seguinte:

> A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença [...]. Depois da anátomo-política do corpo humano, consolidada no decorrer do século 18, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica da espécie humana" (Foucault, 2010, p. 204).

Conforme citado anteriormente, Foucault (2010) destaca uma nova forma disciplinar que se desenvolve por meio da atuação sobre os corpos dos indivíduos no sentido de produzir ações nos seus comportamentos, atitudes e hábitos. Essa intensificação ou reafirmação voltada para os sujeitos, mostrando caminhos ou rotinas a serem seguidas, afetam os comportamentos individuais e coletivos, transformando a população por meio de suas formas de agir com o corpo e se perpetuando em uma massa global. Conforme Carvalho (2015), tudo que diz respeito à existência humana, seja individual ou coletivo, tornou-se objeto de governo, de controle, de gestão e de cálculo.

> Podemos chamar de biopoder essa união do poder disciplinar com a biopolítica, bastante presente em nossas sociedades contemporâneas. Não se proliferam apenas as instituições disciplinares como as fábricas, escolas e prisões, mas também as instituições biopolíticas voltadas à regulação da população, como o controle de natalidade e mortalidade, a demografia e a tabulação das riquezas (Gonçalves, 2018, p. 279).

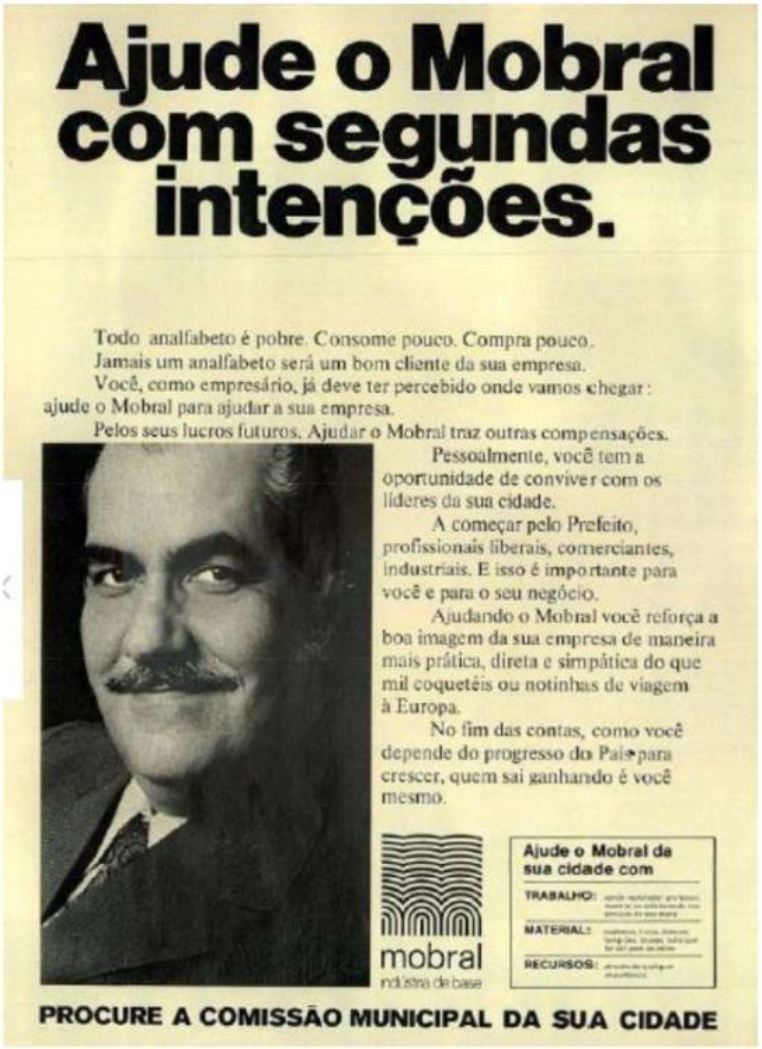
Então, pelo desdobramento do biopoder surge a biopolítica, que seguindo a lógica dos estudos de Foucault (1999a), emergiu a partir do século XVIII, como uma nova forma de ajustamento dos indivíduos às relações de poder perante novas formas produtivas presente na sociedade. Por meio de normas de regulação, as práticas de poder recaem sobre a manutenção e promoção da vida. Sobre esse campo de controle e de saber Foucault (1999a) discutiu e socializou que,

> O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da

> morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1999a, p. 134).

Na Figura 3, destacada em seguida, é possível identificar práticas discursivas que incitam as concepções tratadas pela biopolítica, quando o Estado brasileiro por meio do governo militar demanda a ascensão do MOBRAL a partir do tratamento dado aos analfabetos como responsáveis pelo atraso da economia.

Figura 3: Ajude o MOBRAL com segundas intenções



Fonte: Silva (2023, p. 204).

O título da propaganda/campanha *"Ajude o Mobral com segundas intenções"* é uma constatação de que esse movimento educacional possuía cunho intencional, visando ao desenvolvimento do país a partir de fatores econômicos. Ao diminuir a população analfabeta como sujeitos sem perspectivas de vida, o enunciado apresenta sujeições e produção de subjetividades nas pessoas diante de termos como: *"todo analfabeto é pobre [...] jamais um analfabeto será um bom cliente da sua empresa"*, além do tratamento de

inferioridade fica evidente a educação atrelada a ideários técnicos e funcionais com o propósito de apenas alfabetizar e direcionar para o trabalho.

A divulgação com o chamamento a empresários para direcionar valores ao MOBRAL na figura 3, ancora-se em práticas discursivas que incitam produções ordeiras sobre o comportamento desses indivíduos, gerenciando suas condutas por meio de percepções de táticas educacionais voltadas para o crescimento econômico e desenvolvimento do país, quando afirma, *"pelos seus lucros futuros e [...] no final das contas como você depende do progresso do país para crescer, quem sai ganhando é você mesmo"*. Também chama a atenção a imagem do empresário - altivo, sorridente - totalmente diferente da imagem 2 que representa o senhor analfabeto - entristecido, sem perspectiva.

Apresentado como forma de saber político para assegurar a regulação da população através dos mecanismos de segurança encontra-se o termo governamentalidade, que se refere, pois, às diferentes práticas governamentais e o surgimento do Estado no sentido amplo de governar, estando também ligado a maneiras de condução da conduta do homem. A governamentalidade se apresenta a partir do momento em que as formas centralizadas de governo se transmutaram para outras maneiras de governar baseadas na descentralização e difusão de poder que passaram a ser exercidas por meio de instituições ou pelos próprios sujeitos.

Nas palavras de Marino (2018), essa forma de análise concerne ao liberalismo, pois a economia política aparece como uma forma de saber principal e na medida em que se trata de um poder político cuja análise é feita a partir da noção de condução da conduta dos sujeitos. Dessa forma, a governamentalidade estudada por Foucault (2008b) diz respeito a um

> [...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança" (Foucault, 2008b, p. 143).

Dessa forma, o termo governamentalidade passou a compor um dos mecanismos centrais nos estudos e pesquisas de Foucault, a partir da década de 1970, pois o autor redimensionou o entendimento de poder ultrapassando o posicionamento político do Estado nas formas de governar. Sobre essas técnicas de governo, empreendidas por meio de dispositivos que se configuram e constituem maneiras para dirigir condutas, Anastacio (2019) destaca que a governamentalidade,

> [...] trata-se de um campo de poder que designa um conjunto de forças criadoras de uma nova lógica de organização de uma multiplicidade de indivíduos. [...] portanto, é entendida como um conceito historicamente identificável que engloba um mundo de componentes diversos: a racionalização da vida baseia-se no cálculo rigoroso para dirigi-la com previsão e atenção para o fim de uma forma determinada de governo (Anastacio, 2019, p. 329).

O poder, nessa visão, passou a ser entendido de forma ampliada englobando a gestão do Estado e os modos de dirigir condutas individuais e coletivas dos sujeitos. Foucault (2008b), ao apresentar a questão do governo dos homens, retoma a questão da subjetividade para perceber a sujeição dos sujeitos, percebendo as práticas de si.

Nesse momento o que entra em cena é a existência biológica dos indivíduos pertencentes a toda uma população. Sendo assim, as configurações do poder ganharam uma nova roupagem baseada na substituição de uma soberania que "fazia morrer" pela capacidade do poder de "fazer viver" e manter a vida biológica das populações. Inicialmente, com a lei passando a ser vista muito mais como uma norma atuando sobre o corpo biológico dos indivíduos nas verificações do biopoder e posteriormente essa normalização se fortalece e passa a atuar sobre a população na configuração da biopolítica. Assim,

> A normalização não desaparece com a biopolítica. Pelo contrário, ela se fortalece ainda mais. Se no poder disciplinar temos uma normalização focada no indivíduo, na biopolítica temos uma normalização da população. Esse processo cria uma chantagem implícita aos indivíduos. Aquele que não se normalizar representa um risco a toda a população. Inúmeras pesquisas cientificamente duvidosas (mas com forte poder político) irão confirmar que os indivíduos "anormais" e "degenerados" representam um risco a toda a população e devem ser combatidos, não mais em nome do soberano, mas da vida biológica de uma população que, para se manter viva, precisa exterminar todos os perigos (Gonçalves, 2018, p. 280).

Nos estudos de Foucault sobre a biopolítica são realizadas observações a partir de temáticas como saúde, economia, sexualidade e segurança. Os dispositivos de segurança na contemporaneidade, surgem em continuidade aos mecanismos de vigilância e disciplinar, na verdade já se faziam presente neles, possibilitando uma ponderação entre o que é permitido e o que é proibido, isto levou Foucault (2008b, p. 9) a chamar de "cálculo de custo".

> Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídíco-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar,

> mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídíco-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança (Foucault, 2008b, p. 11).

Assim, diante de uma nova roupagem da economia baseada no poder, os dispositivos de segurança passam a constituir mecanismos centrais na forma de exercício do poder do Estado sobre uma população por meio de uma regulação.

3. ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PEI/MOBRAL

Nesta seção, o foco consiste em estudar as materialidades discursivas recolhidas a partir dos materiais didáticos analisados, empreendendo um olhar sobre as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade dos alunos do MOBRAL. Os livros Boa Pergunta e Vivendo e Aprendendo fazem parte do PEI, elaborados por Franco *et al.* (1972) e Soares *et al.* (1979), respectivamente, foram selecionados para constituir o *corpus* de análise. Os procedimentos de análises e organização das materialidades discursivas estão relacionados com os conceitos destacados nos estudos que sequenciam as relações de saber-poder e levam em conta a emergência de determinadas regularidades discursivas presentes nos materiais didáticos investigados.

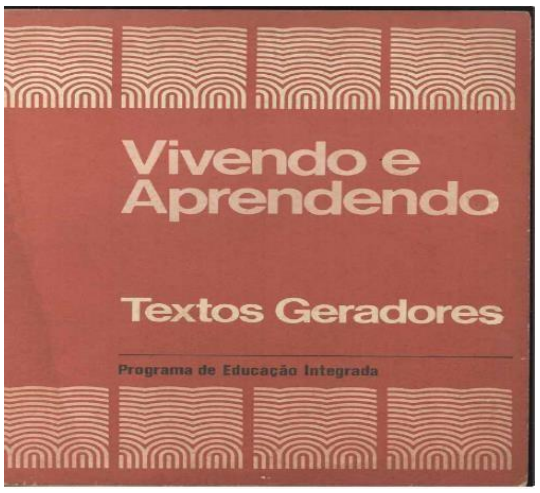
Apresentam-se por meio das figuras 5 e 6, a seguir, as capas dos materiais, como forma de situar os livros didáticos aos quais faz referência este empreendimento analítico. Posteriormente, delineia-se a análise em discursos desses documentos, tendo como recorte as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade.

Figura 4 – Boa pergunta



Fonte: Fóruns EJA Brasil (2005).

Figura 5 – Vivendo e Aprendendo



Fonte: Fóruns EJA Brasil (2005).

Os materiais didáticos do PEI foram elaborados para subsidiar o aluno do MOBRAL que já havia concluído a fase de alfabetização pelo PAF e ingressado na etapa das primeiras séries do Ensino Fundamental. Tais materiais são constituídos por textos geradores que tratam sobre temáticas diversas, principalmente voltadas às orientações

sobre os cuidados e à preservação da vida, ao destacar também o mundo do trabalho, a educação e o desenvolvimento do país por meio da atuação do governo.

O livro Boa Pergunta foi desenvolvido para o aluno do PEI do MOBRAL com o fito de garantir a continuidade da escolarização subsequente à alfabetização realizada pelo PAF, que instruía a leitura, a escrita e a contagem. O material didático em questão, de autoria de Franco *et al* (1972), apresenta-se como um dos elementos do pacote da educação integrada para a conclusão das primeiras séries do Ensino Fundamental, além de conter orientações para o trabalho e encaminhamentos para a profissionalização na etapa seguinte de escolarização/profissionalização proposta pelo MOBRAL.

Pode-se perceber, nas primeiras páginas do livro, um indicativo sobre as mudanças nas vidas dos indivíduos ao estudar com esse material, atestando que aprender a ler e escrever foi uma etapa importante garantida pelo PAF, mas o livro Boa Pergunta possibilitará o começo de uma vida nova, conforme destacado a seguir.

Nota-se também uma condução ascendente aos sujeitos do PEI, a partir da produção de vontades de verdades, pois a materialidade discursiva que apresenta o material didático destaca o poder da leitura para mudar os sujeitos e torná-los diferentes, bem informados, comunicativos e com a capacidade para solucionar problemas, induzindo, assim, de forma positiva ao entendimento da leitura como mecanismo de possibilidade de mudanças.

Essas regularidades discursivas se presentificam em vários enunciados corporificados como fatores decisivos para que o sujeito se torne bem-sucedido e sinta-se realizado, independente e capaz de tomar decisões, tornando-se, nessa via, importante para a família e para o país.

Os enunciados do texto **“ÊSTE LIVRO”,** a seguir, apresentam aos alunos do PEI uma reafirmação das intensas propagandas e divulgações do MOBRAL como uma alternativa de mudança de vida e ascensão econômica dos sujeitos e do país por meio da erradicação do analfabetismo. Os discursos produzidos em uma época em que a população se apresentava, em sua grande maioria, diante de contextos de dificuldades financeira, alimentação inadequada e elevados casos de doenças, visavam gerar a adesão às propostas educacionais nos moldes apresentados.

Assim, são elementos discursivos que levantam reflexões sobre as mudanças positivas para o futuro, ao evidenciarem a superação de um sujeito que se apresenta numa posição de incapaz, impossibilitado e preso ao fracasso, que “nasce novamente” e apaga

as impossibilidades carregadas consigo, ao tempo que se torna capaz de decidir o seu futuro.

Esses jogos de verdades produzidos via MOBRAL se conectam com os interesses políticos instaurados em um regime de exceção ditatorial e denota o modo como o discurso matiza-se por uma dada conjuntura histórica. Sobre isso, Foucault (2008c) destaca que o discurso evidencia as marcas da história e deve ser analisado além da sua existência material, em uma dimensão que ultrapassa os signos. Esse conjunto de regularidades possibilita a emergência do discurso engendrada pelo controle e relações de poder sobre os sujeitos, possibilitando a construção de uma subjetividade funcional que nasce a partir do saber, mais especialmente do domínio instrumental da leitura. Destaca-se assim, que essa conjuntura se difere da alfabetização convencional quando busca produzir um sujeito para operar dentro da engrenagem social e econômica desse período. É perceptível também tentativas de fabricar um sujeito trabalhador integrado e eliminar o analfabeto apresentado como um risco social.

> **ÊSTE LIVRO**
> Aconteceu uma coisa muito importante em sua vida.
> Você agora é uma nova pessoa.
> Você agora sabe ler e escrever.
> Pela leitura você vai descobrindo uma porção de coisas novas.
> Pela leitura você vai ficando diferente, sem sentir.
> Pela leitura você vai ficar sabendo das coisas que acontecem na sua cidade, no seu país e no mundo.
> É uma vida nova que começa para você.
> Este livro foi feito para ajudar você no começo dessa vida nova.
> Você vai entender muitas coisas que acontecem com você e com os outros.
> Você vai procurar resolver os seus problemas.
> Lendo este livro você vai descobrir que é uma pessoa muito importante.
> Você é uma pessoa importante para a sua família e para o Brasil. (Franco *et al*, 1972, p. 7).

Na quinta linha do texto, evidencia-se a constituição de uma posição de sujeito emergente voltada ao gerenciamento populacional por meio da "arte de governar", caracterizada por um determinado poder transformador da leitura, responsável por tornar os sujeitos diferentes, bem informados e atentos ao mundo da escrita. Assim, despontam desse enunciado introdutório do material didático, certas tecnologias de controle que produzem, conforme Foucault (2008b), a regulação da população de modo específico, pois age na individualidade do sujeito aluno do MOBRAL, para com isso, atuar na coletividade da população supostamente recém-alfabetizada. Com isso, a aquisição da leitura e da escrita funciona como um instrumento de normatização e não como

ferramenta de emancipação, criando, dessa forma, um corpo útil instruído para ler orientações, assinar documentos e seguir normas.

Ao reportar o sujeito leitor como aluno do PEI, a posição que enuncia no material didático assinala uma transformação e uma supervalorização individual que ocorre quando se adquira a capacidade de ler o livro Boa Pergunta, engendrando, nesse movimento, sentidos de autonomia e de certo empoderamento do sujeito. Essas incitações à constituição de um sujeito vigoroso, decidido e ciente do que acontece no mundo implicam uma mudança de vida, a partir de alternativas para aumentar a renda, do ingresso no mercado de trabalho e, consequentemente, da adoção de práticas consumidoras, integrando a população economicamente ativa, enquadrando-se, assim, no ideário almejado pelo capitalismo econômico que se instalava naquele período.

Podemos destacar o sentido que deriva uma mudança de estado, por meio do verbo *começar*, indicando que, após essa etapa de ensino, com as transformações proporcionadas pelo curso, os alunos serão aptos a realizarem novas atividades e assumir novas posições de sujeito, como a posição de sujeito emergente, que renasce com o MOBRAL: "É uma vida nova que começa para você" (Franco *et al*, 1972, p. 7).

Nessa constituição discursiva do dizer do material didático, são apresentados elementos necessários para o sujeito tornar-se preparado e com autoestima elevada diante de condições sociais que não são tidas como estimulantes e promissoras. Esses indicativos reflexivos postos nos enunciados se constituem como vontade de verdade. Podemos destacar o funcionamento de relações de saber-poder do cenário político-econômico instalado no país e conduzido pelo governo militar, de acordo com as necessidades desenvolvimentistas, de maneira a gerar o controle do corpo populacional e consequentemente uma subjetividade governável dos sujeitos alunos do MOBRAL.

Vale destacar a mensagem inicial direcionada ao aluno do PEI e assinada pelo então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho[5]. Alguns enunciados dessa mensagem estão dispostos logo abaixo:

> Há muito pouco tempo começamos o movimento de alfabetização. Você foi para a escola com a certeza de aprender. E sua decisão foi importante.
> O Presidente Médici chamou de "vergonha nacional" o analfabetismo no Brasil. Começamos a lutar para diminuir o número de analfabetos. Assim ocorreu. Hoje você sabe ler, escrever e contar. E com você há mais de dois milhões de brasileiros adultos que também já o sabem.

[5] Foi militar, político e ministro de diferentes pastas no decorrer do regime militar, como a do Trabalho (1967-1969), da Educação e Cultura (1969-1974) e da Previdência (1983-1985), e da Justiça (1990-1992), durante o Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

> O Govêrno da República que ir adiante. Quer que você faça o curso de Educação Integrada.
> [...] Você pode ter a sua formação profissional logo depois e, trabalhar e ganhar mais e ser mais, na sua comunidade. Você será mais do que você é. Você passará de ajudante a oficial do seu ofício. Vai sair do grupo dos que recebem o salário mínimo (Passarinho, 1972, p. 5).

Tem-se, na constituição desse enunciado, promessas para o discente do PEI, as quais o situam em um novo lugar na sociedade, a partir da aquisição das habilidades de leitura, escrita e numérica. Tais promessas ganham contorno em uma posição de sujeito que se compromete em reduzir o índice de analfabetismo no país. A menção ao discurso direto do presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) afiança esse dizer, de modo a construir a imagem de um governo preocupado com a população analfabeta. Assim, o aluno do PEI é subjetivado como alguém que sai do percentual dos índices de analfabetismo e ingressa em uma nova ordem do discurso que o possibilita ganhar a inserção no trabalho e a melhora nos rendimentos, permitindo, pois, a tão sonhada ascensão social.

O apelo à estatística nos mostra como a biopolítica regula o corpo populacional, porque denota planejamento e ações calculadas para o governo da parcela analfabeta do país. De acordo com o secretário de Educação, o governo, ao agir de modo específico sobre um sujeito que ingressa no PEI, atua sobre uma coletividade de outros sujeitos, o que endossa sentidos de cuidado com a população, embora as condições de execução do MOBRAL tenham sido precárias e os resultados do programa a longo prazo foram considerados insuficientes, conforme elucidam autores como Souza (2021) e Freitas *et al* (2025).

No tocante à organização do material didático Boa Pergunta, vale frisar que se divide em três partes, nas quais são introduzidas temáticas a partir de textos geradores, sempre acompanhados de fotografias. No primeiro momento, destacam-se questões relacionadas à alimentação e aos cuidados com a saúde por meio das vacinas. Evidencia-se também a preocupação com a preservação da vida, desde os cuidados com a gravidez e posteriormente ao nascimento da criança, além da caracterização de várias doenças, os riscos à saúde e formas de prevenção, com foco na doença de chagas, no tétano, na tuberculose, na malária e na barriga-d'água (Franco *et al*, 1972).

O material ainda contempla algumas reflexões sobre os problemas relacionados à poluição e as suas consequências, a necessidade da moradia e os problemas das moradias inadequadas, apresentando a casa como uma necessidade primeira e os Planos de Habitação do Governo como uma alternativa de realização pessoal de sonho da moradia.

Por fim, os discursos desse material didático constroem a instituição escolar como uma agência social importante para as crianças e a preocupação do governo com a educação e alfabetização dos pais e dos filhos.

Finalizando a primeira parte, os textos geradores defendem a necessidade do descanso e do lazer, mostrando o futebol, a pescaria, o carnaval, e outras festas culturais e religiosas como possibilidades de repouso das forças. Franco *et al* (1972) reafirmam todas as necessidades que o homem precisa para a sua vida e ainda destacam que é indispensável ter fé e acreditar em Deus, desenvolvendo esse relacionamento por meio dos diversos cultos, embora a referência a Deus já demarque determinado enfoque na religião cristã, mesmo porque a Igreja Católica foi uma das principais agências de atuação no âmbito do MOBRAL, por meio do voluntariado e também por ceder espaço nas paróquias para a realização das aulas (Souza, 2021).

Na segunda parte, o livro destaca como o homem satisfaz as suas necessidades. Franco *et al* (1972) elencam o dinheiro como elemento indispensável para se viver por meio do texto intitulado "Dinheiro e trabalho" e estabelece o trabalho como forma de aquisição do dinheiro (Franco *et al*, 1972, p. 75). São discutidos diversos meios de trabalhos desde o "mutirão", forma de trabalho coletivo com ajuda mútua, passando pela caça do caranguejo, até outras formas modernas de trabalho que proporcionam o aumento da produtividade e lucratividade, destacando o que é preciso para o trabalho render mais.

A industrialização, a urbanização, as formas de divisão do trabalho, os tipos de ocupação do trabalho, o comércio, os preços e as novas formas de comercialização, além do desenvolvimento e da formação profissional, assim como a necessidade de integração nacional, são tematizadas por diversos textos. Por fim, o desenvolvimento por meio da modernização e dos meios de comunicação são temáticas que também compõem esse capítulo do livro didático Boa Pergunta.

As reflexões sobre o homem no trabalho aparecem na terceira e última parte em Franco *et al* (1972) e diferentes textos enfatizam profissões distintas, destacando a importância e a necessidade de qualquer forma de trabalho e o papel do trabalhador. Descrições verbais e visuais evidenciam atividades laborais, como a do seringueiro, do peão, do mineiro, do pescador e do operário. Além disso, outras temáticas aparecem para tratar do trabalho formal por meio do contrato de trabalho, como a necessidade da emissão de todos os documentos pessoais desde criança até a idade adulta, como Certidão de Nascimento, Carteira de Identificação de Trabalho, Título de Eleitor e Certificado de Reservista ou Alistamento Militar, Franco *et al* (1972, p. 152).

Franco *et al* (1972) trazem textos que listam novas necessidades inerentes a formas de viver, como a aquisição de eletrodomésticos, principalmente a televisão, a geladeira, o fogão, o aparelho de barbear, entre outros (Franco *et al*, 1972, p. 126). O livro ainda reflete sobre a relação entre o campo e a cidade, o processo migratório para as regiões mais ricas como formas de possibilidades de emprego, mas destaca a dificuldade que os sujeitos enfrentam ao tentar a vida na cidade, levantando uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens. O acesso à justiça para a garantia de direitos trabalhistas é exemplificado e as formas de reinvindicações por meio da justiça do trabalho presente nas cidades também são discutidas.

A criação do salário mínimo, assim como o salário-família, o auxílio-doença, o fundo de garantia e questões relacionadas a acidentes de trabalho são expostos em vários textos do livro. Finalmente, apresenta a inserção da mulher no mercado de trabalho e os direitos da mulher que trabalha, elencando a questão da mulher grávida e os direitos "antes e depois de a criança nascer" (Franco *et al*, 1972, p. 169). Na página final, coloca-se em tela o papel do Presidente do Brasil como garantidor dos direitos do trabalhador, garantido a "assistência médica, dentária e hospitalar, [...] Bolsas de estudo e empréstimos [...] aperfeiçoamento na própria profissão; segurança no trabalho; proteção à vida, etc" (Franco *et al*, 1972, p. 172).

O livro Vivendo e Aprendendo foi desenvolvido também a partir de textos geradores. Nas principais temáticas que são apresentadas destacam-se a educação pública, a importância dos livros, alguns meios de comunicação e características do Brasil- Nação. As ações das forças armadas são temáticas também trabalhadas, assim como a questão habitacional, o lazer e a diversão. Além disso, os textos geradores frisam a importância de hábitos saudáveis, os cuidados com a saúde, com a vacina e com o aleitamento materno, contemplando as principais temáticas destacadas no material Boa Pergunta.

Todavia, diferentemente do material Boa Pergunta, em Vivendo e Aprendendo, além dos textos geradores, aparecem diversas questões e exercícios que abordam aspectos da compreensão textual, da produção de pequenos textos, da identificação de classes gramaticais, a partir da leitura realizada. Em suma, tem-se uma abordagem instrumental da língua portuguesa, visando, com isso, à aquisição de competências básicas de leitura e escrita, sem desenvolver, portanto, nenhum tipo de reflexão crítica sobre as temáticas tratadas nos textos, mesmo porque isso iria na contramão do objetivo principal do MOBRAL.

As subseções a seguir apresentam as análises de enunciados presentes nas materialidades discursivas a partir das temáticas destacadas anteriormente em Franco *et al* (1972) e Soares *et al* (1979), que contemplaram a apresentação inicial das partes que constituem os livros didáticos. As subseções foram organizadas a partir de regularidades discursivas identificadas no *corpus* analisado e que englobam o arquivo das discursividades acerca do PEI no contexto do MOBRAL, quando entrevistas a partir da reflexão sobre as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade. Assim sendo, foram identificadas as seguintes regularidades: a) as estratégias biopolíticas em discursos sobre os cuidados com a saúde; b) estratégias biopolíticas em discursos acerca da importância da escola; c) estratégias biopolíticas em discursos sobre o trabalho; d) estratégias biopolíticas e a busca de coesão social; e) estratégias biopolíticas em discursos sobre os esportes e o lazer.

3.1 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O CUIDADO COM A SAÚDE

Fazendo uma análise das temáticas em textos motivadores para leituras no livro do aluno do PEI, chamam a atenção enunciados concernentes à *alimentação,* discursos que colocam em tela comportamentos alimentares ou meios de sobrevivência que os sujeitos precisam seguir para manter-se saudável. No livro Boa Pergunta, tem-se a seguinte orientação: *"*Mas nenhum homem pode ser forte se não comer carne e vegetais. A falta desses alimentos pode causar a desnutrição e até a morte" (Franco *et al*, 1972, p. 13).

Pode-se depreender desse enunciado uma forma de governo da vida e do corpo dos sujeitos, voltando-se para uma conduta disciplinar que destaca a caracterização de uma posição de sujeito enérgico que precisa ser assumida diante de discursos que implicam a sua condição de viver, preponderando o fato e a necessidade desses alimentos como fonte de sobrevivência da população. Nesse caso, deslinda-se a posição de sujeito bem nutrido e/ou vigoroso, aquele que é demandado se alimentar bem para que não seja vítima da desnutrição que assolava boa parte da sociedade naquela época, consequentemente, o ato de se alimentar deixa de ser apenas biológico e se apresenta como uma estratégia para manter o maquinário vivo, útil e produtivo.

Assim, um sujeito que se alimenta bem certamente terá mais possibilidade de êxito no âmbito do PEI, afinal, a nutrição está diretamente associada à capacidade de

aprender. Logo, ocupar a posição de vigoroso significa entrar na ordem do discurso da alimentação saudável e, com isso, têm-se sujeitos aptos a construírem o futuro da nação.

Vale salientar que o país vivenciava uma fase de modernização e industrialização, principalmente pelo desenvolvimento econômico nos moldes do governo militar por meio do chamado "milagre econômico", que consistiu em uma experimentação acelerada no crescimento econômico destacada pelos índices elevados e apresentados pela expansão da iniciativa privada, a ampliação industrial e o acelerado consumo de bens duráveis, em conformidade com o capitalismo internacional (Freitas *et al*, 2025). Com isso, era necessária mão-de-obra para a execução do trabalho em diversos setores, necessitando, para tanto, de sujeitos proativos e saudáveis.

Entende-se, dessa forma, diante das reflexões de Foucault (1999a), o funcionamento de práticas discursivas que balizam relações de poder que precisariam ser seguidas para se alimentar e como garantia de uma vida saudável. Em síntese, são mecanismos que levam os sujeitos a se identificarem como sendo os responsáveis pela garantia ou pela ausência dos alimentos necessários ao seu consumo, ao mesmo tempo que retira a responsabilidade do Estado em sanar essa problemática generalizada de vulnerabilidade social que atingia uma grande parcela da população, implicando a escassez de suprimentos alimentares. Nesse sentido, o sujeito é chamado a se identificar com essa posição de sujeito saudável, a despeito de as condições materiais não serem favoráveis a adoção dessa prática alimentar.

Figura 6 - Alimentação da criança



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 14).

A materialidade discursiva da figura 6 atesta técnicas de regulação da vida a partir dos cuidados com a alimentação desde o nascimento da criança. Eis o extrato verbal que acompanha a imagem: “a alimentação é uma das grandes responsáveis pela nossa saúde. Ela é muito importante quando se trata de criança. Como a criança está em crescimento, a sua saúde no futuro, vai depender muito do que ela come agora” (Franco *et al*, 1972, p. 14).

Tem-se, nesse discurso, o cuidado com a manutenção da saúde dos sujeitos a partir do nascimento e a devida preservação nas fases subsequentes da vida. A orientação do material didático focaliza a importância da amamentação e a indicação de outros alimentos para garantir o crescimento da criança de forma integral e saudável. Os cuidados com essa orientação para os alunos do PEI se presentificam quando se destaca que “[...] o leite do seio tem muito valor e é a alimentação básica da criança, nos primeiros meses de vida. [...] é preciso completá-lo com outros tipos de alimento. Por exemplo, alimento que contêm sais e ferros [...]” (Franco *et al*, 1972, p. 14).

As estratégias biopolíticas também se presentificam no item amamentação, constante do Livro Vivendo e Aprendendo. Assim, na figura 7, a seguir, vemos a fotografia de uma mulher amamentando uma criança e um trecho indicando que a melhor maneira de amamentar deve ser orientada pelo médico seguindo padrões determinados. Assim, a orientação “Pergunte ao médico a melhor maneira de amamentar” (Franco *et al*, 1972, p. 64), engendra mecanismos de normalização, controle social e controle do corpo populacional. Essas condutas em Foucault (2013), são vistas pelo viés da atuação da medicina social que se estabeleceu como uma forma de assistência-controle intensificada pela organização de um serviço autoritário que instituiu um manejo da população. Foucault (2013) busca explicar a medicina como uma estratégia biopolítica que funciona de maneira que “[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (Foucault, 2013, p.103).

Esses cuidados no processo da amamentação pautam-se em relações de saber-poder que delineiam a posição de sujeito mãe, de um lado, e posição de médico, de outro. A posição da genitora é condicionada à necessidade do saber médico para amamentar o filho; e a posição do médico, que, numa posição hierárquica conduz a mãe no exercício da alimentação do bebê. Nesse jogo, vontades de verdade desautorizam as técnicas tradicionais, como as das parteiras e seus saberes alinhados à ancestralidade, e

credibilizam o saber médico como aquele autorizado a governar a prática da amamentação (Witzel, 2023).

Figura 7 – Amamentação



Fonte: Soares *et al* (1979, p. 64).

Essa estratégia de controle sobre a maneira de conduzir a criança para amamentar constitui um mecanismo de regulação das vidas dos sujeitos pautado por controles precisos e mecanismos de gerenciamento dos corpos. A partir de Foucault (2010), vemos que o corpo pode ser entendido como uma forma de interação entre o governo de si e da população e, com isso, fica mais evidente o componente estratégico sobre a gestão da vida num viés mais amplo sobre a população enquanto espécie.

Figura 8 – O leite materno



Fonte: Soares *et al* (1979, p. 58).

Em Soares *et al* (1979), também se apresentam nos textos geradores do livro do aluno orientações sobre os cuidados no primeiro ano de vida da criança, sendo possível constatar orientações como "a alimentação no primeiro ano de vida é muito importante. Dela depende o **desenvolvimento mental e físico** da criança. Isso começa com o leite materno, base da alimentação nos três primeiros meses" (Soares *et al,* 1979, p. 64, grifo dos autores). Essas maneiras a serem seguidas atestam um cuidado na preservação da vida desde o nascimento, de forma a reiterar a necessidade de as mães seguirem padrões de atenção voltados para a amamentação com os recém-nascido como forma de garantia da saúde e da proteção contra doenças. Nas palavras de Witzel (2023, p. 172), "[...] a vida e a educação das crianças se tornaram prioridade e, ao lado da preocupação com a economia ou com a ideologia, surge uma grande preocupação com o corpo físico do bebê/criança que precisava crescer e garantir o bom andamento do corpo social".

Podemos entrever essas regularidades, quando os enunciados tratam sobre o cuidado à vida das crianças, conforme pode ser visto na figura 8, apresentada anteriormente, em que se destaca uma mulher alimentando a criança com uma mamadeira. De acordo com o material didático, esse tipo de instrumento necessita ser demandado, quando a amamentação pelos seios da mãe não for possível. Destaca-se,

assim, o uso de outros tipos de leite em substituição ao leite materno, de forma a possibilitar manter a criança saudável (Soares *et al*, 1979).

Dessa forma, a partir dos enunciados presentes nos livros do PEI, podemos rastrear formas de condução das condutas para atender o escopo de poder e gerenciamento da vida por parte do Estado, no intuito de alcançar interesses específicos. Como assinala Gonçalves (2018, p. 279), "[...] não se proliferam apenas as instituições disciplinares como as fábricas, escolas e prisões, mas também as instituições biopolíticas voltadas à regulação da população, como o controle de natalidade e mortalidade, a demografia e a tabulação das riquezas".

Ainda em relação aos cuidados com saúde das crianças por meio da alimentação, são apresentadas consequências e um alerta para a população que não garantir essas prudências alimentares, "muitas crianças acabam ficando com anemia, justamente por falta desses sais de ferro na sua alimentação. [...] a mãe deve procurar saber que tipos de alimentos são esses, como devem ser preparados e em que idades devem ser dados às crianças" (Franco *et al*, 1972, p. 14). Na figura a seguir, observamos elementos discursivos que apontam consequências graves ocasionadas pela ausência de uma alimentação adequada. É perceptível a intenção na materialidade discursiva para apresentar uma posição de sujeito que precisa enquadra-se aos padrões alimentares para se ter uma vida longa e saudável.

No discurso em tela da figura 9 adiante também são apresentados a partir de Foucault (2010) mecanismos de intervenção e constituição de poder constituído nos diferentes domínios da sociedade moderna que produzem verdades validadas de forma sutil que se estabelecem nas relações de forças em que o poder se engendra por meio do saber.

Figura 9 – A má alimentação



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 20).

Os discursos construídos acerca da má alimentação, na figura 7, ancoram-se em visualidades que mostram pessoas com aparência desconfigurada pela magreza, aparentemente doentes e com aspectos de tristeza. São conduções que instigam aos sujeitos se alimentarem melhor, pois as consequências que ocorrem quando não há uma boa alimentação ou quando a alimentação não é realizada com os alimentos necessários para manter o corpo nutrido e saudável podem causar problemas decorrentes da desnutrição. Esses vértices vão organizando a ingerência da vida por meio do poder destacado por uma forma de investimento processual que concretiza as sujeições e levanta estimativas. Conforme Foucault (2008b, p.79), busca-se, no viés do biopoder, "coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais".

A figura 9 evidencia as características que atestam uma posição de sujeito doente, ao não se alimentar conforme as orientações recomentadas. Sendo assim, o livro didático coloca a responsabilidade da má alimentação nos sujeitos vitimados pelo problema e não no sistema, na ordem capitalista, na desigualdade social que engendra a insegurança alimentar.

A fotografia dá a ver duas mulheres magras, com aparência triste e sem forças, podendo inferir-se que não estão saudáveis e com pouca expectativa de vida. Ainda no material didático estudado, lemos que:

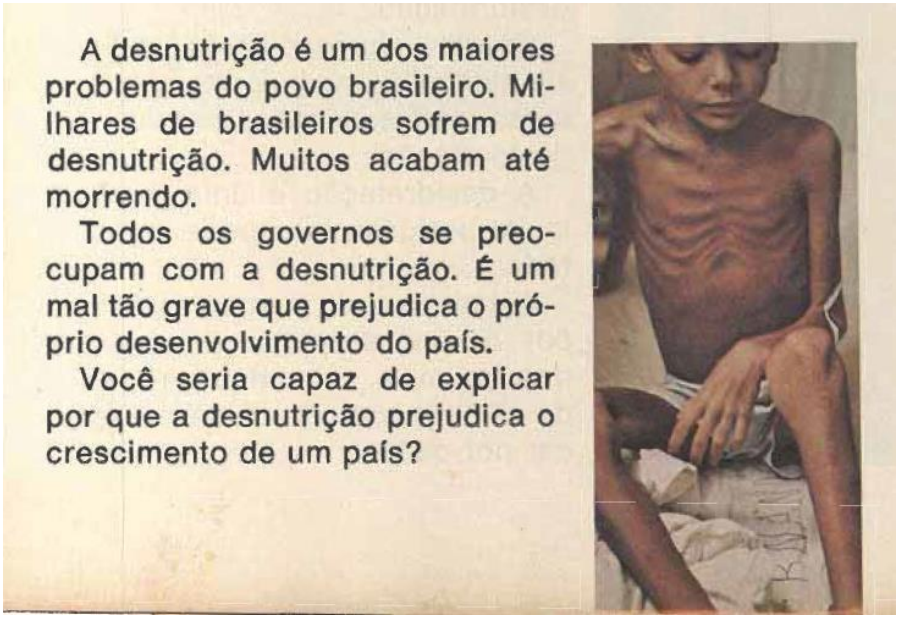
> A falta de alimentos causa fraqueza. O corpo enfraquecido faz com que a pessoa fique doente com mais facilidade. Uma falta prolongada de alimentos causa um mal chamado desnutrição. Desnutrição significa: Organismo fraco

> por causa da falta de alimentos. Comer pouco e mal também causa desnutrição (Franco *et al*, 1972, p. 20).

Os enunciados constroem determinados modos de conceber o problema da má alimentação, a partir de posicionamentos que buscam educar o aluno do MOBRAL acerca dessa problemática, tendo em vista a orientação e direcionamentos para a obrigatoriedade do cuidado alimentar como forma de manutenção de uma vida prolongada e saudável. Por último, destaca que o desequilíbrio alimentar é um dos maiores problemas do país e que o governo tem se preocupado com a desnutrição, pois é um dos fatores de atraso da economia do país, como observamos na figura 10 que se apresenta logo adiante.

Vemos, nesses discursos, o funcionamento de estratégias biopolíticas, pois, de acordo com Foucault (2010) buscam gerir o corpo populacional por meio do controle de natalidade e mortalidade, por exemplo. Os mecanismos de controle delineiam-se nos direcionamentos que buscam conduzir os sujeitos a mudanças de hábitos, a busca pela sobrevivência por meio da alimentação saudável para suprir as necessidades básicas nutricionais, de modo a reduzir as taxas de mortalidade e de mazelas causadas pela desnutrição.

Figura 10 – A desnutrição



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 21).

No enunciado da figura 10, erige-se uma posição de sujeito que se preocupa com o problema da desnutrição no país, ao tratar tal problemática como um dos fatores responsáveis pelo atraso do desenvolvimento do Brasil. Esses discursos são produzidos

pelo Estado, ao supostamente se colocar em defesa e proteção dos mais vulneráveis (“Todos os governos se preocupam com a desnutrição”), ao afirmar que a desnutrição é um mal grave e que precisa ser combatido. Os sujeitos acometidos pela desnutrição são discursivizados como insuficientes, incapazes, improdutivos e com baixas expectativas de vida.

Pode-se observar esses direcionamentos, quando a materialidade coloca em destaque a fotografia de uma criança com aparência abatida, magra e destituída de forças, de forma a gerar impactos sobre a gravidade dessa problemática e conduzindo direcionamentos reflexivos sobre a questão do desenvolvimento nacional. Com isso, busca-se educar o aluno do PEI, a fim de que adote as medidas necessárias para evitar o problema da desnutrição. Entretanto, importa enfatizar que a desnutrição não se relaciona a uma decisão individual, não se trata de uma escolha deliberada do sujeito em não se alimentar ou comer de forma inadequada, mas resulta do quadro de desigualdade social do país, discurso que é silenciado pelo material didáticos do PEI. Esse silenciamento, a nosso ver, deixa patente a compreensão de que o MOBRAL se distanciava da realidade dos sujeitos assistidos por tal programa e reforçava as estratégias que visavam isentar o Estado ditatorial da responsabilidade dessa problemática. De acordo com Souza (2021, p. 11), “[...] o que era mostrado não tinha muito vínculo com a realidade da população desfavorecida, que lutava diariamente para sobreviver”.

O discurso sobre a desnutrição presente no material didático busca levar o aluno do PEI a compreender que se trata de um flagelo que prejudica o desenvolvimento nacional, pois essas pessoas em situação de insegurança alimentar não figuram como parte da mão-de-obra que seria responsável por fazer o país crescer. Desloca-se, pois, o foco do âmbito do indivíduo para o componente coletivo, pois se, todos se alimentarem bem, haveria as condições necessárias para a aceleração do crescimento e, potencialmente, todos sairiam ganhando. Essa regularidade enunciativa do discurso pró-desenvolvimentista atravessa a construção dos enunciados de forma recorrente, pois se tratava de um dos principais sustentáculos de manutenção do regime militar.

Outras formas de cuidados à manutenção de uma vida saudável são abordadas, quando os textos geradores discutem acerca da importância da vacinação. Vejamos o enunciado a seguir: “A saúde é muito importante para que o homem esteja sempre bem disposto no trabalho, na vida com as outras pessoas e na hora da diversão. A saúde pode e deve ser protegida; por exemplo você pode evitar muitas doenças por meio da vacinação” (Franco *et al*, 1972, p. 24). Eis outras orientações contidas no material didático

Boa Pergunta.

> As crianças devem tomar vacinas contra várias doenças, cada uma na idade certa. Para saber quando as crianças devem tomar as vacinas, basta ir a um posto de saúde. Lá está sempre um médico para examinar e ajudar as crianças. [...] os adultos também devem tomar vacinas. Toda vez que se registram vários casos de uma determinada doença, a secretária da saúde faz campanhas, convocando o povo para se vacinar. [...] existem vacinas contra várias doenças: a varíola, também chamada de bexiga, o sarampo, o tétano, a paralisia infantil, o tifo e muitas outras" (Franco *et al*, 1972, p. 24).

O enunciado manifesta os mecanismos do poder disciplinador e normalizador conforme postulado Foucault (2008a), concentrados na figura do Estado, com intuito de disciplinar o corpo e a vida da população, a partir de estratégias de normalizações que buscam "aumentar a duração de sua vida e melhorar sua saúde" (Sousa, 2012, p. 43). Conforme preconiza o material didático, a atenção à vacinação tende a constituir sujeitos vigilantes em relação a saúde e a saúde da criança. Importa destacar que, no âmbito da descontinuidade histórica, emergiram discursos de natureza conspiratória em relação à vacinação no Brasil; basta lembrarmos, por exemplo, de acontecimentos como a Revolta da Vacina (1904). O material didático, ao fazer um trabalho pedagógico de conscientização da população quanto à importância das vacinas, busca descontruir esses enunciados já produzidos e inculcados no imaginário social.

Nesse esteio, ao tratar desta temática, podemos observar um chamamento aos alunos do PEI para buscar informações sobre as épocas de vacinação e verificar quais vacinas precisam tomar. Posteriormente, o material didático ainda discursiviza sobre os cuidados com a saúde, frisando os mecanismos de cuidados e prevenção várias propostas surgem em enunciados que tratam do combate às doenças como o tétano que pode levar até à morte, destacado na figura 11 a seguir. Mostra-se, assim, nesses enunciados, o *modus operandi* das estratégias biopolíticas no governo da vida, perceptíveis quando o objetivo é disciplinar os corpos, ao se promover condutas a serem seguidas, visando regulamentar a população diante das práticas de poder gerenciadas pela governamentalidade (Foucault, 2010).

Figura 11 – Tétano pode matar



Tétano
pode matar

Tonico estava brincando no quintal. De repente, pisou num prego sujo e furou o pé. Doeu muito e êle começou a chorar.

A mãe de Tonico limpou o ferimento, mas o buraco era muito fundo. Êle continuou sentindo dor.

Passaram uns dias e a dor aumentou. Êle nem conseguia andar direito.

Aí, a mãe ficou assustada e levou Tonico ao médico.

O médico disse que o menino estava com tétano e tratou dêle. Êle ficou muitos dias doente.

Se a mãe de Tonico tivesse demorado mais para procurar o médico, êle teria morrido. Se êle tivesse tomado vacina, nada teria acontecido.

Daí em diante, ela procurou saber direito o que era tétano. Leu em jornais e revistas e ficou sabendo como a gente pega essa doença perigosa.

Você sabe como evitar o tétano?

Fonte: Franco *et al* (1972, p. 21).

Na figura 11, evidencia-se a posição de sujeito vulnerável e susceptível aos perigos impostos pelos espaços de vivências das crianças; além disso, apresenta por meio de enunciados impactantes as consequências sofridas pela população que não toma os cuidados necessários relacionados com o destino do lixo e aos ambientes de circulação das crianças, colocando em primeiro plano que *"o tétano pode matar"*, bem como os modos de contaminação dessa doença e os riscos à vida em caso de infecção.

O emprego de uma historieta segundo a qual um garoto chamado Tonico feriu o pé, ao brincar em espaços impróprios, busca aproximar o aluno do PEI da realidade discutida, pois a população mais vulnerável socialmente vive em lugares insalubres, conforme se pode observar nas fotografias das crianças expostas a uma série de perigos. Ademais, a materialidade discursiva enumera os locais que devem ser evitados, principalmente pelas crianças, e apresenta o tratamento médico e a vacina como meios eficazes no combate ao tétano. Nesse sentido, o aluno do PEI é convidado a refletir sobre quais os mecanismos a serem utilizados para se se evitar o tétano e, em caso de ferimento, o que deve ser feito.

Essas orientações se aliam a estratégias biopolíticas de gestão da vida, que passam da regulação dos hábitos a mecanismos de controle pelas instituições disciplinares, neste caso, a escola. Assim, tem-se a raridade "[...] dos enunciados acumulados que, de forma calculada e administrada, tanto produzem e incentivam a viver quanto impõem a morte a quem resista a entrar na escala da normalidade" (Sousa, 2012, p. 48).

No livro Vivendo e Aprendendo, a temática da vacinação é apresentada como um elemento de cuidado da vida e o papel do Estado na sua distribuição é evidenciado como fundamental no processo de manutenção dessa necessidade. Pode-se destacar o trecho que mostra a constituição de subjetividade ordeira, de acordo com a conjuntura sócio-político do período, por meio da instrução para os cuidados com à saúde e à manutenção da vida*;*

> A vacina tanto defende o adulto como a criança [...] A criança quando nasce, por exemplo, tem que ser logo vacinada contra a tuberculose: é a vacina BGC, depois ela deve tomar em datas marcadas pelo médico vacinas contra o tétano, coqueluche, a varíola e a paralisia infantil [...] o governo fornece as vacinas para a gente aplicar. É só ir aos Posto de Saúde e não precisa pagar nada" (Soares *et al*, 1979, p.60)

Destaca-se, na tessitura do enunciado, a constituição de uma posição de sujeito "imunizado", ou seja, aquele que cuida da saúde, que busca estratégias de se manter saudável, que desde a tenra idade é vacinado, condição apresentada como indispensável para a longevidade. Os enunciados ancoram-se em estratégias de controle governamental que buscam gerar condutas indispensáveis para se manter vivo e saudável. Lacerda e Rocha (2018), com base nos estudos de Foucault, apresentam que, "assim se fez necessário a constituição de saberes que examinassem as condições de vida presentes [...] as doenças têm impacto direto sobre a economia, e é diante disso que a medicalização da população se torna mecânica essencial.

A materialidade do livro didático, ao destacar a vacinação, engendra uma posição de sujeito demandada para que o indivíduo esteja atento ao seu próprio corpo e aos cuidados necessários à saúde ao longo da vida. Essas condutas podem ser observadas em registros imagéticos, destacadas no material didático, conforme os enunciados da figura 12.

Figura 12 – A importância da vacina



Fonte: Soares *et al (*1979, p. 60).

Em Soares *et al,* (1979), também é possível observar outras orientações sobre condicionamentos necessários para se ter uma boa saúde ao destacar o seguinte: "Devemos comer aquilo que nos faz bem, dormir o necessário, fazer exercícios e ter muito asseio, tanto com o corpo quanto com a roupa, a casa e os alimentos. A luta do homem contra a doença começa com a limpeza. Assim, é evitada a contaminação e a saúde é conservada" (Soares *et al*, 1979, p. 58).

No caso, flagram-se os direcionamentos para o cuidado com a saúde instigado por maneiras de se alimentar e a importância das práticas de higiene. Para Foucault (1999a, p. 134), "[...] o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder". Desse modo, é por meio das normas de regulação, que as práticas de poder recaem sobre a manutenção e promoção da vida (Foucault, 1999a). No enunciado a seguir, é possível perceber direcionamentos implicados por meio de estratégias biopolíticas.

Figura 13 - Saúde, riqueza da gente



Fonte: Soares *et al (*1979, p. 58).

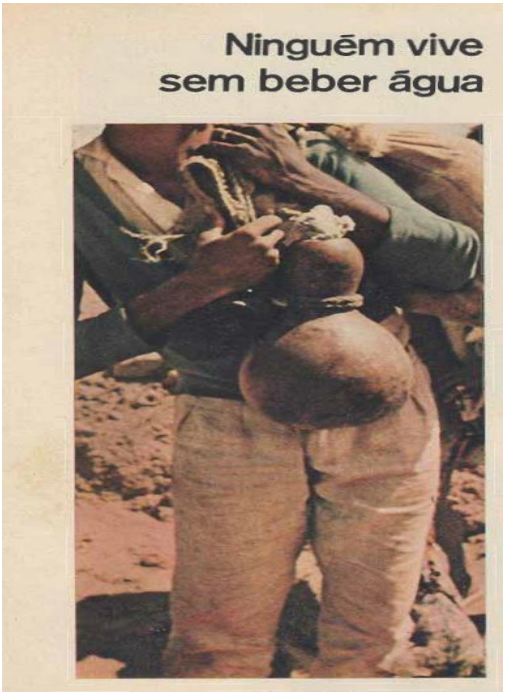
O enunciado da figura 13 precede uma série de direcionamentos que torna visível uma posição de sujeito saudável, especificamente ao tratamento da a água a ser consumida, recuperando discursos outros presentes em campanhas do governo. Esses discursos buscam atestar se o aluno do PEI já exerce essas práticas ou possui conhecimentos sobre determinadas rotinas de cuidados e prevenção de doenças, quando questionam: "[...] por que é importante seguir esses conselhos?" (Soares *et al,* 1979, p. 58).

Essa caracterização ressignifica formas específicas de controle e de governo, porque o controle biológico não é apenas do indivíduo, mas da população como um todo. Sendo assim, as configurações do poder demandadas por novas técnicas de governo conforme a conjuntura de formação do Estado moderno, ganharam uma nova aparência baseada na substituição de uma soberania que "fazia morrer" pela capacidade do poder de "fazer viver" e manter a vida biológica das populações, a partir de maneiras de condução das condutas dos homens. É possível compreender que a população "apresenta-se como objeto de governo, alvo de políticas, estratégias, táticas e campanhas", desenvolvidas pela *arte de governar* e caracterizada pelo que Foucault (2008a) conceituou como biopolítica. Esses preceitos enveredam-se por uma nova tecnologia de poder inseparável da "gestão da vida dos indivíduos em sua multiplicidade" (Oliveira, 2020, p. 59).

A preocupação com a manutenção da vida é vista em uma série de enunciados dos materiais didáticos sempre que apresentam formas vistas como benéficas, saudáveis e produtivas a serem seguidas pela população e especificamente ao aluno do PEI. É possível entrever movimentos que produzem subjetividades reguladas e ajustadas, ao destacar uma posição de sujeito capaz e responsável por esses cuidados básicos e indispensáveis, ao mesmo tempo em que descaracteriza os deveres e as responsabilidade do governo em situações críticas que aniquilavam a população brasileira na época de instituição e desenvolvimento do MOBRAL, como, por exemplo, a escassez de alimentos e o difícil acesso à água potável.

O enunciado a seguir destaca orientações concernentes à importância de beber água quantidade suficiente para evitar a desidratação, vista como um problema que leva pode levar a morte. A ilustração da figura 14 exibe a imagem de um homem com um recipiente improvisado, mal trajado, em situação de vulnerabilidade social, carente de várias outras assistências para manter a saúde.

Figura 14 – Ninguém vive sem beber água



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 22).

O enunciado da figura 14 evidencia a importância da água para a saúde, ao destacar como elemento indispensável para qualquer ser vivo. Percebe-se no texto que acompanha a ilustração orientações sobre os cuidados necessários para manter-se hidratado, ao revelar a desidratação como uma doença grave. A partir do exposto, busca-

se engendrar condutas ordeiras pautadas pela necessidade de se consumir água em abundância para garantir-se saudável e vivo. Assim,

> Nenhum ser vivo pode deixar de beber água para continuar vivo. O corpo humano está sempre perdendo água. Quando urina ou sua, a pessoa está perdendo água. Essa água que saiu do corpo precisa voltar para ele de algum jeito. O jeito é beber água. Quando o corpo perde mais água do que recebe, a pessoa fica com uma doença grave, chamada desidratação. Quando chega o verão no Brasil, muitas crianças, principalmente as mais novinhas, morrem de desidratação. A desidratação é uma doença muito perigosa, mas pode ser evitada (Franco *et al*, 1972, p. 22).

O enunciado da figura 14 evidencia a importância da água para a saúde ao destacar as consequências que um sujeito pode sofrer ao negligenciar as orientações sobre o consumo adequado da água e que o sujeito desidratado pode sofrer consequências graves que levam à morte. Para Sibilia (2002), as estratégias do biopoder envolvem todos os sujeitos ao longo da vida, a partir do imperativo da saúde, que traz consigo um leque amplo de medidas preventivas, como o cuidado com alimentação, a prática de esportes, a prevenção de doenças, dentre outras.

3.2 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA ESCOLA

Os materiais didáticos destacam a importância da escola, a partir de discursos presentes em diversos enunciados. Isso ocorre por meio da apresentação da problemática dos elevados casos desistência escolar, sobretudo de crianças que desde cedo são levadas a trabalhar. Tais discursos apresentam-se como um problema no país e se reverberam nos materiais didáticos, atestando a preocupação do governo com a situação. Apresenta também modelos de fracassos escolares que não conseguiram alfabetizar ou mobilizar o interesse dos familiares.

O material didático Boa Pergunta, por meio do texto “A escola é muito importante”, incute no aluno do PEI a valorização da escola e o papel do Estado como instância central na resolução do problema. Nesse contexto, a preocupação com a instituição escolar pelo Estado se configura por meio de estratégias biopolíticas, ao inserir conduções de condutas dos sujeitos alunos ao tempo que inscreve os interesses do governo nos conteúdos e nas propostas educacionais. Segundo Resende (2020), a governamentalidade do período correspondente à ditadura militar foi assinalada por várias estratégias, cujos objetivos consistiam em manter uma ordem previdenciária,

concebido como um conjunto de processos e técnicas que buscavam evitar o descontrole da população, mantendo uma certa coesão social e a aceitação da legitimidade do regime de exceção.

Figura 15 – A importância da escola



Escola é muito importante

Ela é uma menina de 9 anos. Ela já tinha aprendido a ler e gostava de fazer contas. Mas teve que largar a escola porque precisava ajudar a mãe a cuidar dos irmãos menores.

Êle tem 10 anos. Também abandonou a escola antes de terminar o primário. Era preciso ajudar o pai nas colheitas.

No Brasil já existe, há bastante tempo, uma lei que diz que tôdas as crianças devem ir à escola. Mas para crianças como essas, ir à escola é muito difícil.

Os governos têm se preocupado com crianças assim porque ir à escola é uma das coisas mais importantes para a vida das pessoas.

Você sabe por quê?

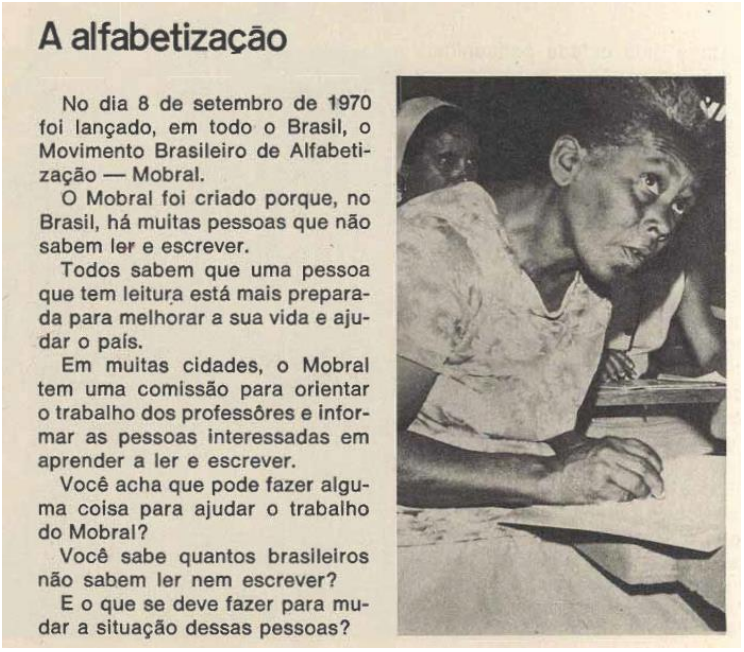
Fonte: Franco *et al* (1972, p. 48).

No enunciado são destacados elementos que colocam em tela reflexões sobre a importância da escola na vida das pessoas, para além disso, é destacado na figura 15 um modelo de escola que pode ser considerada ideal, com cadeiras, mesas, livros e crianças estudando, instituindo a ideia de possíveis melhorias e instalações de escolas para as crianças do país, conforme atesta a preocupação do governo pelo enunciado do texto. Esse discurso busca, como avalia Souza (2021), difundir a educação como um símbolo de uma sociedade "democrática", paradoxalmente numa conjuntura histórica marcada por um regime de exceção que reprimia, de modo ferrenho, os que se voltavam contra o autoritarismo e a supressão dos direitos civis e políticos.

A alfabetização no esteio MOBRAL é discursivizada no livro didático Boa Pergunta como uma importante ferramenta de erradicação do analfabetismo no país. Isso se dá a partir da descrição do programa e de sua expansão no país, ao se acentuar a quantidade de pessoas que ainda não sabiam ler e escrever. Ao mesmo tempo, essa

materialidade discursiva empreende um chamamento e uma mobilização para que os próprios alunos atendidos pelo MOBRAL pudessem se constituir em agentes de mudança. Uma vez mais, observamos o funcionamento de mecanismos que buscam atribuir à população civil um papel no combate ao analfabetismo. Isso também nos leva a entender como o MOBRAL precarizava a formação dos sujeitos que seriam alfabetizadores, dado que, *a priori*, todos poderiam cumprir essa função.

Figura 16 – A alfabetização



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 48).

Na figura 16, podemos problematizar algumas representações acerca do aluno do MOBRAL, a partir das escolhas fotográficas que ilustravam o material didático. Trata-se, de maneira ampla, de um sujeito carente de políticas públicas, de trabalhadores que atuavam em funções de baixa remuneração. Isso pode ser notado na fotografia que mostra mulheres negras com vestes simples, reforçado pelo uso do lenço na cabeça da senhora em segundo plano na imagem, levando-nos a pensar que seriam camponesas ou trabalhadoras rurais.

Como pontua Souza (2021), a representação do analfabeto naquele período era depreciativa, pois era concebido como um ser incapaz, alienado e formado por uma consciência ingênua. Em suma, não se consideravam os saberes que esses sujeitos detinham, as suas experiências de vida, as suas histórias e a sua cultura.

Os sujeitos alvos do MOBRAL são discursivizados em materialidades que destacam pessoas pretas e pobres representando a parcela da população analfabeta e que precisa aprender a ler e escrever para melhorar de vida e ajudar ao país. Essas materialidades reforçam o tratamento dado aos sujeitos analfabetos, em diversos meios de divulgação do MOBRAL, elevando esse movimento educacional como ferramenta de progresso e ao desenvolvimento econômico do país. Isto posto, reafirma o discurso que associa a alfabetização ao desenvolvimento do país, na medida em que quanto maior o número de analfabetos, mais perceptível o seu atraso e estampada a marca do subdesenvolvimento.

Consequentemente, foi proposital a criação do MOBRAL com viés de alfabetização funcional, já que existia uma intencionalidade em alavancar a economia em diversos setores que precisavam de sujeitos proativos e motivados para o trabalho. É o que Andrade (2023) destaca em seus estudos,

> [...] uma formação tecnicista não-crítica, uma formação de mão de obra para o desenvolvimento econômico do país. Tornar o cidadão crítico coloca em perigo os objetivos governamentais daquela realidade. Não tem como objetivo mostrar a realidade que vive o alfabetizando, mas mostrar uma realidade positiva daqueles que estão integrados no mercado de trabalho, fazendo dos alunos se sentirem inferiores por não terem desenvolvido as habilidades necessárias para pertencer a esse grupo de pessoas (Andrade, 2023, p. 24).

A faixa etária que compreendia a grande parcela populacional analfabeta era composta por jovens e adultos que precisavam apreender noções básicas da leitura, escrita e da matemática e serem inseridos como força de trabalho no momento em que os militares sustentavam o chamado “Milagre Econômico”. De acordo com Machado e Araújo (2026), a erradicação do analfabetismo consistia em um movimento cujo objetivo principal era de integrar esse contingente populacional à mão-de-obra minimente qualificada ao anseio desenvolvimentista do período em análise.

3.3 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O TRABALHO

O indicativo de modelos que satisfaçam as necessidades do homem é apresentado para os alunos do PEI, principalmente, por meio do trabalho e da necessidade em se ganhar dinheiro como garantia de vida. Nessa medida, Franco *et al* (1972) definem que

> Aumentar a produtividade significa fazer o trabalho render mais. A produtividade aumenta quando se produz mais no mesmo tempo. É possível aumentar a produtividade produzindo a mesma quantidade de certas coisas,

> mas gastando menos tempo. [...] melhorar os instrumentos de trabalho é uma das maneiras de aumentar a produtividade. Você sabe dar mais exemplos de como aumentar a produtividade? (Franco *et al*, 1972, p. 84).

Ante o exposto, podemos observar reflexões sobre novas (na época) formas de trabalho que possibilitavam o aumento da produção e consequentemente uma maior rentabilidade, permitindo ao aluno do PEI a inserção nos modelos econômicos que se implantavam e objetivavam uma rápida ascensão econômica por meio do aumento da produtividade.

Franco *et al* (1972) elencam ainda uma sequência de possibilidades para os alunos perceberem como o trabalho rende mais:

> 1. Melhorar a organização do trabalho aumenta a produtividade; 2. Melhorar o modo de fazer, a técnica, aumenta a produtividade; 3. Usar instrumentos e ferramentas adequadas aumenta a produtividade; de onde vem os instrumentos que ajudam a aumentar a produtividade? Por que os brasileiros que trabalham na roça e plantam quase que só para o sustento da família, não se preocupam com a produtividade? Como poderão os brasileiros aumentar a sua produtividade? (Franco *et al*, 1972, p. 87).

Os enunciados apresentam-se em forma de proposições que intentam governar o aluno do PEI a atestar as melhorias destacadas como um novo modelo organizacional de produtividade indispensável para produzir mais e melhorar a lucratividade. Dessa forma, os processos de mecanização e industrialização são discursivizados como formas para progredir e possibilitar possíveis melhorias de vida. Nas interrogações do trecho em destaque, é possível notar uma espécie de divisão entre os que trabalham somente para o sustento e aqueles que buscam produzir com vistas à produtividade. Esta é concebida como um mecanismo que incita o aluno do PEI a modificar a sua situação social.

Alguns enunciados reportam o trabalho e apresentam uma tendência que induz a permanência dos sujeitos a fazerem as mesmas atividades que já realizam, sem apresentar possibilidades para buscar outras profissões ou atividades que proporcionem uma melhor qualidade de vida, o que pode ser atestado no excerto a seguir.

> O governo também contribui para isso. Por exemplo, os Serviços de Extensão Rural e os Clubes Agrícolas, estimulados pelo Ministério da Agricultura, reúnem os jovens para o ensino de novas técnicas de preparação da terra, plantio, tratos culturais (carpina, fertilização, combate as pragas, irrigação), colheita, beneficiamento e armazenamento da produção (Soares *et al.*,1979, p. 40).

Esse processo de aparente bem-estar e de melhorias leva a população a acreditar que esses estímulos eram satisfatórios e suficientes para realizarem suas atividades e a reprodução dessas técnicas passa a se configurar em uma nova forma de agir que atendiam

aos interesses do governo. As práticas discursivas manifestas nos enunciados dos livros Boa Pergunta e Vivendo e Aprendendo sobre o trabalho produzem um sujeito dependente do trabalho, aquele que necessita com urgência adaptar-se aos novos mecanismos de produção para tornar-se bem-sucedido, condição necessária para o desenvolvimento pessoal e ao progresso do país.

Isso fica em foco em um enunciado retirado do livro didático Boa Pergunta, a saber: "Assim, se você quer melhorar sua situação de vida, se você quiser contribuir para as tarefas do desenvolvimento, é preciso que você se especialize ou aperfeiçoe a formação que tem, qualquer que seja sua atividade" (Soares *et al*, 1979, p. 123). O discente do PEI é interpelado pela posição de sujeito do material didático a se aperfeiçoar, com vistas a ser integrado à ordem desenvolvimentista. Cabe, nesse sentido, somente ao aluno a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e sua formação para o mercado de trabalho. Responsabiliza-se o sujeito por condições sociais que fogem ao domínio individual, pois se conectam com uma conjuntura política mais ampla, especialmente quando pensamos na dimensão continental do país, com múltiplas desigualdades territoriais e regionais.

A figura 17, disposta logo mais, apresenta a necessidade do trabalho para todos os sujeitos, homens, mulheres, jovens e idosos, desenvolvendo atividades diversas que visam ao aumento da produção e da lucratividade, engendrada pela necessidade de melhorias de vida. Temos o título "Aprendendo a trabalhar" que evidenciam uma posição de sujeito realizada no trabalho, que precisa sentir-se feliz com a atividade que desenvolve ao destacar que,

> qualquer que seja o trabalho que se faça, o importante é fazer com gosto, quando fazemos aquilo que gostamos, progredimos e nos sentimos felizes, participando do progresso do mundo. É trabalhando - **manobrando** instrumento, fazendo máquinas funcionarem, pensando, escrevendo, estudando e **pesquisando** –que os homens vão transformando o mundo onde vivem. A cada dia surgem novas profissões, além de técnicas novas para trabalhos antigos (Soares *et al*, 1979, p. 42, grifos dos autores).

Os enunciados do material didático em estudo mostram o trabalho árduo, pesado e cansativo. Isso pode ser visto na figura 17, em que mulher jovem faz o uso da força física para transportar uma quantidade considerável de fibras, colocada em primeiro plano, para atestar uma posição de sujeito feminino capaz de desenvolver qualquer tipo de atividade, enfatizando a necessidade de "gostar do que faz" para conseguir se desenvolver. Nesse sentido, o material didático engendra um posicionamento discursivo que leva o aluno do PEI a aceitar as condições de trabalho a que se submetem, sem questionar e nem reivindicar melhorias, de maneira a entender que a ordem instituída era

natural e, assim, deveria ser mantida. Como avalia Martins (2014), o imaginário militar era centrado na ordem e, por isso, era defendido que a ordem era uma condição inescapável para o progresso da nação. Para o autor, "[...] a ordem era o elemento importante do binômio doutrinário das políticas pós-1964: desenvolvimento e segurança" (Martins, 2014, p. 41).

Figura 17 – Você conhece cada uma dessas atividades?



Fonte: Soares *et al* (1979, p. 42).

Além disso, a figura 17 enuncia uma diferenciação de classes e de raça na exposição das atividades laborais. Dessa forma, enquanto o trabalho manual é executado por sujeitos com baixa condição social e negros, a agricultura modernizada, exemplificada pela utilização de máquinas agrícolas, é efetuada por pessoas brancas e com roupas que denunciam uma distinção de classe. Essas escolhas demonstram a existência de uma estratificação social e conduz ao entendimento de que se trata de um dado tido como natural e não como um produto de exploração da força de trabalho.

Além disso, o livro Vivendo e Aprendendo enfoca, em alguns enunciados, os cuidados necessários para que os sujeitos não se envolvam em acidentes de trabalho. A figura 18 a seguir, acompanhada dos dizeres "o dedal da bordadeira, [...] os óculos e as luvas do operário são equipamentos de proteção para o trabalho" (Soares *et al*, 1979, p. 44), denota essa preocupação.

Figura 18 – Segurança no trabalho



Fonte: Soares *et al (*1979, p. 44).

O livro didático em tela evidencia discursos que enredam o aluno do PEI em uma posição de sujeito trabalhador protegido dos perigos concernentes a sua função, como se pode observar abaixo,

> Centenas de trabalhadores brasileiros afastam-se do **mercado de trabalho**, diariamente, porque sofrem acidentes. Alguns desses acidentes são pequenos, outros graves, muitos fatais. A maioria acontece por descuido do trabalhador ou do **empregador**, porque tanto um como o outro não obedecem às normas de segurança no trabalho. Os **técnicos** acreditam também que outra causa dos acidentes seja a constante **modernização** das máquinas, sem dar tempo de preparar o trabalhador para lidar com elas (Soares *et al*, 1979, p. 44, grifos dos autores).

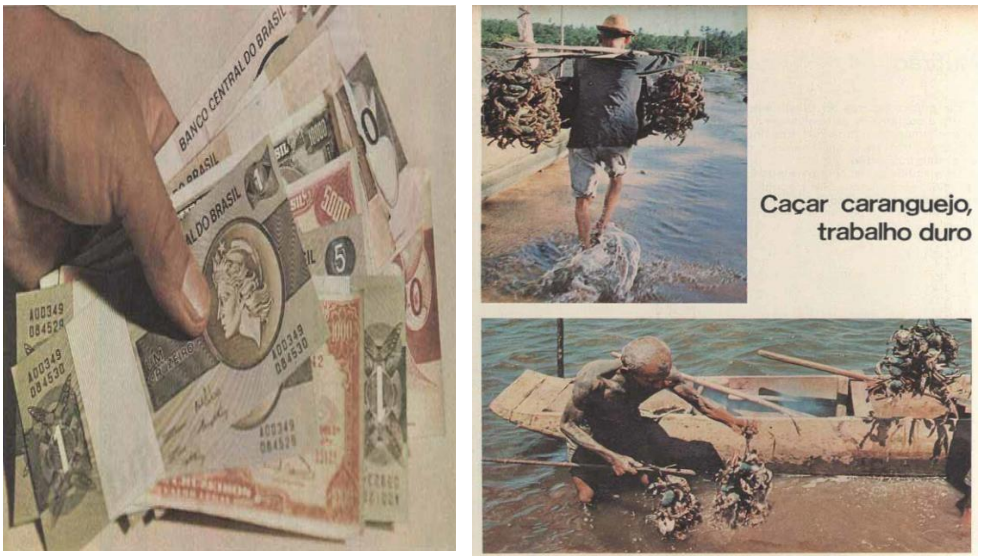
O livro didático Vivendo e Aprendendo sublinha ainda o rápido processo de modernização que se instalava na nova conjuntura industrial no país. Para tanto, fala da dificuldade e do cuidado em manter a mão-de-obra suficiente para atender às demandas atreladas à necessidade de sujeitos com capacidades de manusear novas máquinas. Diante disso, a manutenção do trabalho é evidenciada, quando se apresenta em destaque essa dinâmica da necessidade do uso de equipamentos de segurança, levando ainda a aceitabilidade dos riscos a que o trabalhador estará sujeito.

Em continuidade, na reflexão sobre a importância do trabalho para o aluno do PEI, o material didático Boa Pergunta defende o dinheiro como condição indispensável para se viver. Assim, conforme o material em análise, “hoje, para viver, todos precisam de

dinheiro. Sem dinheiro não se vive mais. [...] você consegue imaginar por quê? (Franco *et al*, 1972, p. 75).

Para corroborar essa afirmação, são destacadas fotografias, como na figura 19 a seguir, que apresentam cédulas de dinheiro e a atividade de caçar caranguejo como um trabalho duro e pouco lucrativo. Compreendemos que esses enunciados suscitam conduções ao aluno do PEI sobre as formas de trabalho, o que se pode perceber também pelos possíveis direcionamentos para inserir-se no mercado de trabalho formal. Dessa forma, visa-se à produção de subjetividades moralmente produtivas e engajadas no processo econômico do país, de modo a afastar-se de condutas ociosas, improdutivas e, no limite, perigosas para a ordem sociopolítica vigente. Para Foucault (2011), trata-se de pensar as relações de poder não como uma emanação de um poder invasivo, senão nos procedimentos a partir dos quais as condutas dos homens são governadas. Isso pode ser visto no enunciado em estudo, na medida em que se fabricam determinados consensos sobre as condições de trabalho e sobre a constituição de sujeitos ajustáveis aos mecanismos de governo da ditatura militar.

Figura 19 – Dinheiro e trabalho



Fonte: Franco *et al* (1972, p. 75 e 82).

> Mas não é só para comer que os habitantes de Livramento caçam caranguejo. Também levam para vender nas feiras de João Pessoa. Caçar e vender caranguejos é a sua profissão [...] vendendo o produto de dois dias de trabalho, um homem apura de 10 a 20 cruzeiros. Caçar caranguejos dá sustento para os habitantes de Livramento. Mas é um trabalho muito duro. Para conseguir ganhar 20 cruzeiros em dois dias, os caçadores de caranguejos precisam ficar muitas horas por dia mergulhados na lama do mangue (Franco *et al*, 1972, p. 83).

O material didático constrói determinados discursos sobre o trabalho que o situam ora na busca por subsistência, ora numa postura responsável pela manutenção da economia local, de comercialização do caranguejo na feira. Ainda que o posicionamento discursivo do livro reconheça a baixa rentabilidade do trabalho com a coleta de caranguejo (“20 cruzeiros por dia”) e a exposição do sujeito trabalhador a uma jornada extenuante (“muitas horas por dia mergulhados na lama do mangue”), não observamos nenhum movimento de crítica à insalubridade dessas condições de trabalho ou mesmo à superação das desigualdades sociais. Novamente, podemos entrever o funcionamento de um discurso que busca construir subjetividades passivas e resignadas a determinadas atividades laborais, sem quaisquer perspectivas de mudança concreta.

Para Ribas (2017), quando concebido como prática, o discurso é em si mesmo um ato político, estando, por essa razão, articulado a outras dimensões políticas. Nesse sentido, tratar a atividade de caçar caranguejo como uma profissão, sem nenhum tipo de crítica à degradação humana que tal atividade gera, constitui uma escolha política pautada num modelo de educação que não busca formar sujeitos críticos, mas dóceis, passivos e ordeiros.

3.4 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E A BUSCA DE COESÃO SOCIAL

Outra regularidade discursiva que se faz presente nos materiais didáticos diz respeito à reafirmação da atuação governo militar, tendo em vista a disciplina e o militarismo como fatores preponderantes para o desenvolvimento do país em diferentes esferas e dimensões, como a educação, a infraestrutura, a defesa, a pesquisa e a ciência. Na figura 20 adiante, presente em Soares *et al* (1979), há um texto em que se tornam visíveis mecanismos que buscam introjetar no imaginário da população que as soluções para o país passam necessariamente pela atuação das forças militares.

Figura 20 – O papel das forças armadas no território nacional



Fonte: Soares *et al* (1979, p. 30).

Nessa materialidade verbo-visual, tem-se a reafirmação de que o desenvolvimento do Brasil estava atrelado às ações realizadas pelas forças armadas. Como corolário, buscava-se engendrar posicionamentos discursivos favoráveis à manutenção do regime militar.

As estratégias biopolíticas manifestam-se nas representações fotográficas, assim como as legendas nas imagens destacadas, na medida em que expressam sentidos de cuidado com a população, com a segurança, com a educação e com o desenvolvimento. Sobre as diferentes leituras a partir das imagens e suas relações com os contextos, Lima, Macedo e Souza (2022, p. 393) assinalam que "a fotografia [...] está imersa em questionamentos que nos fazem refletir sobre a história e/ou o cenário da sua produção. Essa ambiguidade lhe é própria, justamente porque depende do olhar que é lançado sobre esse tipo de registro."

O emprego de formas verbais como *implantam, constroem, ajudam, desenvolvem, mantêm* sinalizam a diversidade de atuação das forças militares e, com isso, podemos frisar uma forma de conduzir as condutas da população, a partir de representações positivas acerca do governo militar. O aluno do PEI é exposto continuamente a enunciados que tornam visíveis apenas o que era possível pela ordem discursiva da censura e, desse modo, construía-se a crença de que o regime de exceção era necessário

para o país. De acordo com Fico (2024), o poder ditatorial transferiu para si determinadas visões já existentes no imaginário social, as quais preconizavam a ideia de que o país iria crescer e se desenvolver (“o país do futuro”) e, para isso, fazia-se necessário apoiar o regime militar. Visava-se, portanto, nas palavras de Fico (2024, p. 31), a “[...] não só de convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que, como essas riquezas nos dariam ingresso ao “mundo civilizado”.

Além da ampla divulgação das ações desenvolvidas pelos militares na suposta melhoria da vida da população, podemos frisar também discursos que buscam criar posicionamentos de pertencimento, de construção de uma identidade nacional e de uma defesa das belezas do país, que o tornariam único. A partir disso, ressalta-se o patriotismo, a pacificidade, afastando-se de possíveis revoltas e resistência à ordem instituinte, garantindo a coesão e a unidade social. Assim, no livro Vivendo e Aprendendo, lemos que: “Feliz é o brasileiro que vive num país, que de Norte a Sul, tem as mais lindas praias como Iracema, Pajuçara, Boa Viagem [...], além de um número imenso de rios bons para nadar e cachoeiras **estimulantes** e frescas” (Soares *et al*, 1979, p. 48, grifo dos autores). No âmbito do domínio associado, esse enunciado entra em contato com outros dizeres, inscritos na memória coletiva, que concebem o Brasil como um paraíso de belezas naturais singulares e únicas, de habitantes que devem ter orgulho dessa terra.

Ainda convém enfatizar uma visão romantizada da história do país, mais especificamente do processo de exploração do Brasil pelos portugueses, como se pode depreender do enunciado a seguir: “Quando o Brasil foi descoberto, o nosso território era ocupado por diferentes **tribos** indígenas. Atualmente, são poucas as tribos aqui existentes, se levarmos em conta o total da população brasileira. Mas é grande a herança deixada com o **colonizador** português” (Soares *et al*, 1979, p. 18, grifos dos autores). O posicionamento discursivo assumido nesse enunciado deixa entrever uma convivência pacífica entre os povos originários e os exploradores estrangeiros, ignorando, assim, o genocídio perpetrado pelos invasores no processo de ocupação pelos portugueses. Ao proceder dessa forma, neutralizam-se possíveis conflitos, ao apelar para uma suposta cordialidade do povo brasileiro, a partir da constituição de uma memória histórica unitária.

3.5 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O ESPORTE E O LAZER

Os materiais didáticos estudados discursivizam outros mecanismos para a manutenção de uma vida equilibrada e saudável, matizadas nas práticas de esportes e nas diversas formas de lazer. Isso se exemplifica na menção às festividades tradicionais, como o carnaval e os festejos juninos, para evidenciar a diversão no contexto do Brasil. Tais direcionamentos apresentam uma posição de sujeito preocupada com o bem-estar e a saúde da população, orientando a aproveitar as horas vagas ou o tempo livre do trabalho para experienciar os momentos descontraídos e relaxantes, evitando estresse ou outras indisposições psíquicas, conforme figura 21 subsequente.

O material didático do aluno do PEI ainda destaca outras orientações ao descrever que, "muita gente se diverte assistindo a partidas de futebol, dançando ou indo ao cinema, ao teatro, ao circo. E há os caseiros que se divertem lendo, conversando, vendo televisão, ouvindo rádio, jogando cartas ou dama. Você, como se diverte? Como usa suas horas de folga?" (Soares *et al*, 1979, p. 46). Tal material didático leva o aluno do PEI a refletir sobre o lazer e a diversão, pontuando a necessidade dessas práticas para a efetivação das sociabilidades, bem como de posturas mais introspectivas. Como enfatiza o estudo de Fonseca (2023, p. 18), o Estado na ditadura militar buscava prescrever "[...] uma espécie de lazer que seria proveitoso para a criação de uma nação forte e condizente com os desígnios do regime".

Dessa feita, tem-se que "[...] um bom livro e o esporte preferido são também formas de **lazer**, tão importantes para o bem-estar das pessoas quanto o trabalho, o repouso e o alimento" (Soares *et al*, 1979, p. 46, grifo dos autores). Essa cadeia de enunciados reafirma um conjunto de tecnologias de gestão da vida e da saúde da população no contexto do PEI.

Figura 21: Diversão é parte do viver



Fonte: Soares *et al*, (1979, p. 46).

A figura 22 ainda reitera a indispensabilidade da prática de atividades físicas como uma forma de garantir a saúde dos sujeitos em todas as fases da vida, além de apresentar sua inserção em locais diversos e incentivados por instituições, como a escola. Acompanhada das fotografias, a figura 22 contém um enunciado de alerta sobre a importância dessas práticas ao aluno do PEI ao questionar, "você faz ginástica? Procure aprender os exercícios físicos que fazem bem a sua saúde" (Soares *et al*, 1979, p. 54).

Figura 22: Vamos fazer ginástica?



Fonte: Soares *et al* (1979, p. 54).

A materialidade da figura 22 foi recolhida do livro do aluno Vivendo e Aprendendo e constitui um fragmento imagético presente no material didático que destaca a importância do exercício físico para a saúde. No texto que acompanha a figura destacam-se enunciados como: "Fazer ginástica faz bem. O sangue **flui** mais rápido, o **coração** bate melhor, os **pulmões** são fortalecidos pela respiração ritmada [...] os **músculos** se desenvolvem e os aborrecimentos ficam esquecidos" (Soares *et al*, 1979, p. 54, grifos dos autores). Por meio da descrição fisiológica dos benefícios da ginástica, podemos rastrear tecnologias de governo a incidirem sobre o aluno do PEI, levando-o a praticar esportes, convencendo-o de que se trata de uma forma de garantir o bem-estar e a saúde.

Nesse sentido, os enunciados em foco discursivizam a prática da ginástica como responsável por uma série de benefícios essenciais para a vida, como evitar doenças, eliminar gorduras, corrigir posturas e controle de doenças respiratórias. Esses direcionamentos são precauções que devem ser vistas pelo sujeito trabalhador, "se seu trabalho o obriga a ficar muito tempo parado, sentado ou em pé, faça longas caminhadas, sem pressa, e muita ginástica" (Soares *et al*, 1979, p. 54). O foco na saúde do trabalhador também é sintomático para pensarmos em como a questão econômica agencia as políticas de saúde no nível macro da população. Em suma, o trabalhador doente gera um custo a

mais para o empregador e para o sistema público de saúde. Educar esses corpos e subjetividades para o bem viver articula, a um só tempo, a dimensão do indivíduo e a dimensão da coletividade.

Por fim, importa considerar que as práticas discursivas manifestas nos enunciados dos materiais didáticos defendem a prática de esportes como elemento importante para a beleza, aproximação entre os sujeitos e a manutenção da saúde, além de enfocar que é por meio da ação do governo que essas atividades são praticadas em larga escala, sendo várias modalidades desenvolvidas graças à criação de clubes de esportes (Soares *et al* 1979, p. 50). Aqui novamente, fica em destaque a atuação do governo militar no sentido de garantir o direito ao esporte a todos e, com isso, administrar os corpos dessa massa populacional.

Os sentimentos de ufanismo, resultantes da bem-sucedida campanha do Brasil na Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, tornam-se visíveis em enunciados como este: “O Brasil sempre participa de campeonatos mundiais de futebol. Agora, graças à equipe de jogadores, somos tricampeões mundiais” (Franco *et al*, 1972, p. 54). Retomar esse acontecimento mostra-se importante na defesa do esporte como uma das bandeiras da ditadura militar, ao incutir no público do MOBRAL percepções de orgulho e pertencimento em relação a essas conquistas e, ao mesmo tempo, levar esse público a praticar esportes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as estratégias biopolíticas e a produção de subjetividade presentes em discursos que constituem materiais didáticos do PEI do MOBRAL. Para tal, elegemos como corpus de estudo dois materiais didáticos do programa antes referido, a saber: a) O livro Boa Pergunta (1972), escrito por Franco *et al*; b) o material Vivendo e Aprendendo (1979), de autoria de Soares *et al*.

Com relação aos objetivos específicos, estabelecemos os seguintes: a) investigar as condições de possibilidades de emergência do MOBRAL no contexto da educação para adultos na ditadura civil-militar brasileira; b) descrever como se configuram as estratégias biopolíticas em discursos de materiais didáticos do PEI do MOBRAL; c) interpretar como se constitui a produção da subjetividade do aluno do MOBRAL no âmbito dos discursos manifestos nos materiais didáticos estudados.

No tocante ao primeiro objetivo específico, discutimos, tanto na seção teórica, quanto na seção de análises, a respeito das condições históricas que possibilitaram a criação do MOBRAL no contexto do regime militar, a partir da A Lei n.º 5.379/67. Em linhas gerais, problematizamos que esse programa buscava formar mão de obra barata para a inserção em setores produtivos do desenvolvimento econômico do período em estudo. Para isso, era necessário combater a chaga do analfabetismo, tido como um problema que não poderia mais ser tolerado. Buscando se afastar das perspectivas críticas da educação popular, tidas como subversivas, o MOBRAL apresentava um caráter instrumental da apreensão de habilidades de leitura, de escrita e de contagem, embora houvesse outros programas adjacentes, como o Mobral Cultural, o PEI e o Programa Profissional.

Em relação ao segundo e ao terceiro objetivos específicos, as análises se orientaram pela identificação de regularidades enunciativas que nos possibilitaram observar como o governo da vida incidia sobre questões fundamentais, como a saúde, a partir da prevenção de doenças, dos cuidados com a amamentação, com o consumo de alimentação saudável e de água. Além disso, foi vista a atuação dessas tecnologias de governo sobre a relevância da escola na promoção de sujeitos que seriam importantes para o crescimento do país, por meio da erradicação do analfabetismo, bem como na questão do trabalho, tido como um pilar de sustentação do regime militar, pois sujeitos

economicamente ativos seriam úteis aos interesses do patronato – mecanismo importante na manutenção do regime de exceção.

Os materiais didáticos também discursivizam a importância das forças armadas na transformação do país, a partir de benfeitorias no campo da infraestrutura, de garantia da saúde das populações mais vulneráveis e na produção científica, de maneira a produzir um imaginário positivo do regime militar e, com isso, garantir a coesão e a unidade nacional. Podemos ainda acrescentar uma visão um tanto quanto romantizada da história do país, de modo a evitar possíveis revoltas e lutas por reinvindicação de direitos.

Ademais, analisamos como o biopoder, a partir da atuação do governo militar, buscou administrar o lazer e o esporte, compreendidos como momentos importantes nos processos de socialização, de descanso do sujeito trabalhador e de constituição de uma identidade nacional ligada ao futebol, fortemente associada à conquista da Copa do Mundo de 1970.

Enfatizamos, a partir das análises, que o aluno do MOBRAL é convocado a cuidar da saúde, a estudar como forma de se preparar para o ingresso no setor produtivo, a trabalhar para garantir o acesso ao consumo e a reconhecer o regime militar como um período de grandes conquistas para o país. Disso resulta a constituição de subjetividades ordeiras, pacíficas e dependentes das ações governamentais. Isso se expressa tanto nos registros fotográficos, que mostram pessoas desfavorecidas economicamente, quanto na descrição verbal das temáticas tratadas nos livros.

Assim sendo, no funcionamento dessas redes de poder, não há espaço para contestação, pois sob a égide da ditadura, cabia aceitar as condições impostas e, dessa forma, as desigualdades sociais são tidas como naturais, e o trabalho, mesmo em condições ultrajantes, não é criticado, mas considerado importante na engrenagem social. O combate à desnutrição, por exemplo, é atribuído à responsabilidade de cada sujeito e não conceituada como uma consequência das disparidades econômicas. Podemos destacar, portanto, que esses materiais didáticos não possibilitam fazer uma crítica a questões mais candentes da realidade dos alunos atendidos pelo PEI, permitindo, assim, uma intervenção nas condições de precariedade a que estavam expostos, mas apenas promover, de maneira genérica, a ideia de que esses sujeitos seriam importantes para o desenvolvimento do país – regularidade discursiva que permeia, de modo transversal, os dois livros didáticos estudados.

Por fim, cabe situar que o estudo de documentos apresenta limitações, pois não é possível, por exemplo, saber com precisão como esses materiais foram utilizados pelos

alunos do PEI. No entanto, isso não anula a pertinência do documento, aqui concebido como um registro histórico de fundamental importância na construção de uma memória acerca da educação e do ensino no período da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. H. et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.51-63, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335/1440. Acesso em 15 nov. 2024.

ANASTACIO, L. P. F. Subjetividade e formas de vida em Foucault. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, ano 2019, v. 7, ed. 2, Dossiê "Espinosa", p. 327-344, 17 nov. 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/rfmc.v7i2.23115. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/23115. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANDRADE, J. M. R. **O movimento brasileiro de alfabetização - MOBRAL - e seu impacto na cidade de Campinas a partir da pesquisa em jornais (1977)**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2 jun. 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/09550107-5fce-42f5-895b-9b250bd426f3. Acesso em: 12 mar. 2026.

AZEVEDO, S. D. R. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogênese,** Marília, São Paulo, ano 2013, v. 2, n. 2, ed. 6, 2 mar. 2013. DOI ISSN:1984-1159. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

BARBOSA, M. G. C. **Educação de Adultos em tempos de violação aos direitos humanos:** das palavras freireanas "grávidas de mundo" para as palavras "ocas de vida" do MOBRAL. 2014. 106 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas), João Pessoa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7884/2/arquivototal.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

BORGES NETO, F. **O Mobral sob o olhar de uma geógrafa.** 2021. 269 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Uberlândia, 2021. Disponível em:https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/36016/1/MobralOlharGe%C3%B3grafa.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 5.379, De 15 De Dezembro De 1967.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm. Acesso em 05 de ago. de 2024.

BRASIL. **MOBRAL:** Sua Origem e Evolução. Movimento Brasileiro de Alfabetização. Assessoria de Organização e Métodos, Rio de Janeiro, 1973.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade***, 24*(n. spe.), p. 18-24, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/gwdGTsHtp4hxNGyLhQybKcs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 jul. 2025.

CARVALHO, A. F. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 25-47.

CARMO, Miguel Angelo Oliveira do. Acontecimento e discurso em Michel Foucault. **Muiraquitã**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, 2015. DOI: 10.29327/210932.3.2-7. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/639. Acesso em: 2 jul. 2025.

DI PIERRO, M. C. Tradições e concepções de Educação de Jovens e Adultos. *In*: CATELLI JR, R. (org). **Formação e práticas na Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2017. p. 9-21.

FÁVERO, Osmar. MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966. **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação,** Évora, Portugal, ano 2004, v. 5, n. 5, p. 1-15, 8 abr. 2004. Disponível em: https://cremeja.org/a7/wpcontent/uploads/2019/09/Historico_1961_1966_Osmar_Faver o.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERRARO, J. L.; AMARAL, A. J. Michel Foucault e a produção do sujeito ético: subjetividade e verdade entre a ciência e a educação. **Ideação**, Feira de Santana, ano 2021, v. 1, n. 44, p. 156-166, 14 dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/6954/6362. Acesso em: 14 jul. 2025.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditatura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

FONSECA, A. T. R. **Representações do esporte e do lazer na ditadura civil-militar**: uma análise a partir do jornal *Podium* (1972-1974). 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/bfd64c52-045b-4d5f-980a-dd1970f41a4b. Acesso em: 22 mar. 2026.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008c.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de se saber. 13. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir. Nascimento da Prisão**, 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M**. Em Defesa da Sociedade**. 2. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II – curso no Collège de France (1983-1984). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FRANCO Edson; FERNANDES Gileno; MOURA Edmilson; PEREIRA José Alcione; TERSARIOL Alphel; SILVA José Carlos Monteiro da; MARQUES Célia Augusta Texeira; CALVALCANTI, Ionaldo. **Boa Pergunta**: Livro do aluno. São Paulo, Abril S.A. Cultural e Industrial, 1972.

FREITAS, M.; SILVA, J. C.; TORRES, A. M. As experiências de escolarização dos sujeitos jovens e adultos partícipes das ações do PEI/Mobral no sertão de Alagoas. **Revista Educação e Emancipação**, v. 14, n. 3, p. p.129–154, 28 Dez 2021 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18170. Acesso em: 3 abr. 2025.

FREITAS, M. Lima.; SILVA, J. C.; TORRES, A. Marques. Indícios para se pensar a permanência escolar: memórias narradas do Programa de Educação Integrada do Mobral. **Retratos da Escola**, *[S. l.]*, v. 15, n. 32, p. 375–391, 2021. DOI: 10.22420/rde.v15i32.1232. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1232. Acesso em: 4 abr. 2025.

FREITAS, M.; SILVA, J. C.; SILVA, L. P.; TORRES, A. M. **O Mobral em Alagoas**: espaços-tempos da memória e narrativas dos sujeitos participantes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

GALVÃO, B. A. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 157–168, 2014. DOI: 10.15448/1983-4012.2014.1.17068. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/intuitio/article/view/17068. Acesso em: 24 jun. 2025.

GERMANO, J. W. As quarenta horas de Angicos. **Educação & sociedade**, v. 18, n. 59, p. 391–395, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26356891_As_quarenta_horas_de_Angicos. Acesso em: 21 ago. 2025.

GONÇALVES, D. L. C. Soberania, disciplina e segurança: uma análise do dispositivo e suas possíveis vertentes em Michel Foucault, **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 266–284, 2018. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/16317. Acesso em: 21 jul. 2025.

KHALIL, L. M. G. O conceito foucaultiano de enunciado e sua contribuição para a pesquisa em linguística. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1 n. 1, p. 21 - 37, 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/2Lucas_Khalil_Dossi%C3%AA.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

KOHLS-SANTOS, P.; MOROSINI, M. Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além da revisão bibliográfica, **Revista Panorâmica**, [S. l.], v. 33, 2021. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318. Acesso em: 25 fev. 2025.

LACERDA, R. C.; ROCHA, L. F. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 10, n. 22, p. 148–163, 2018. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8069. Acesso em: 11 mar. 2026.

LIMA, F. M. A; MACÊDO, C. K. S; SOUZA, F.C.S. Registros fotográficos em manuais do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL): Educação de adultos na ditadura Civil-Militar. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v.10, n.25, p. 383-403, set/dez. 2022. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/560/336. Acesso em: 14 ago. 2024.

MACHADO, R. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

MACHADO, J. R. F.; ARAÚJO, J. C. S. A educação brasileira no período da ditadura civil-militar. **Em Tese**, Florianópolis, v. 23, p. 1-30, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/109493/61391. Acesso em: 24 mar. 2026.

MACIEL JR, A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.01-08, jun. 2014. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217648912014000100002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 15 jul. 2025.

MARINO, M. A. **Os dispositivos de segurança do Neoliberalismo em Michel Foucault**. 2018. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-20092018-112802/pt-br.php. Acesso em: 08 jul. 2025.

MARTINS, M. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000100004&script=sci_abstract. Acesso em: 20 mar. 2026.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875. Acesso em: 25 fev. 2025.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Moara**, Belém, v. 1, n. 57, p. 08-33, dez. 2020. ISSN 0104-0944. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682. Acesso em: 04 nov. 2024.

OLIVEIRA, L. S. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista dos discentes da Pós-graduação em Filosofia**, [*s. l.*], v. 34, ed. 34, p. 48-72, 19 fev.

2020.Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/26395. Acesso em: 20 out. 2025.

PAIVA, V. L. M. **Pesquisa**: projeto, geração de dados e divulgação. São Paulo; Parábola, 2024.

PEDERIVA, A. C. **O MOBRAL faz mais que ensinar a ler e escrever:** manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015.

POSENSINO. **Linhas de pesquisa**. 2023. Disponível em: https://sigaa.uern.br/sigaa/public/programa/areas.jsf?lc=pt_BR&id=1049. Acesso em: 11 jul. 2024.

PINHO, L. C. A trajetória do conceito de genealogia em Foucault (1971-1984). **Philósophos - Revista de Filosofia**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 171–190, 2014. DOI: 10.5216/phi.v19i1.27029. Disponível em: https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/27029. Acesso em: 24 jun. 2025.

RESENDE, H. Segurança e desenvolvimento: a educação como dispositivo de biorregulação no período militar. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Repensar a história da educação, pensar a política na história da educação**. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 37-54.

RIBAS, T. F. **Foucault, verdade e política**. São Paulo: Intermeios, 2017.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, D. C. "Você também é responsável": a campanha publicitária do MOBRAL na revista Veja (1970-1975). **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v.15, p.193, 2023.

SILVA, A. P. P. N.; SOUZA, R. T.; VASCONCELLOS, V. M. R. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação. Porto Alegre**, v. 43, n. 3, set. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822020000300005&lng=pt&nrm=iso>.acessosem 03 fev. 2025. https://doi.org/10. 15448/1981-2582.2020.3.37452

SILVA, F. V. "Depois a louca sou eu": estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em discursos sobre relacionamento abusivo. **Moara,** v. 2, n. 57, p. 103-122, maio 2021. ISSN 0104-0944. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8561. Acesso em: 17 mar. 2025.

SOUSA, Kátia Menezes. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I., NAVARRO, P. (Org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. pp. 41-55.

SOARES, Almir. Nina. Guterres; RAHY Ione Salomão; GOMIDE Magdalena D´el Valle; NEVES Maria Cristina Baêta; BETHLEM Nilda. *et al.* **Vivendo e Aprendendo:** textos Geradores. 1. ed. Rio de Janeiro. Bloch Editores S.A, 1979. Disponível em: http://forumeja.org.br/brasil. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, S. T. O MOBRAL no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985), **Histedbr**, Campinas, v. 21, 2021. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659665. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOUZA, F. C. S.; OLIVEIRA, E. F. A.; LIMA, A. P. Com pífanos, danças e bordados também se escreve a história da educação: registros fotográficos do Mobral Cultural em Alagoas. *In*: CIAVATTA, M. et al. (Orgs.). **A fotografia como fonte de pesquisa**: da História da Educação à História de Trabalho-Educação. Uberlândia: Navegando, 2023. p. 79-95.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, F. V..; COSTA, F. G. V. Família, pátria e desenvolvimento: a formação do cidadão virtuoso no livro didático Meu Livro de Brasil da disciplina Educação Moral e Cívica. **Revista Horizontes**, Itatiba, v. 42, n. 1, p. e023097, 2024. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1630. Acesso em: 9 set. 2024.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: 2008. 212 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640_por. Acesso em 05 de ago. de 2024.

VANDRESEN, D. S. Uma análise do discurso e do não-discursivo na arqueologia de Michel Foucault. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 7, n. 2, p. 79–92, 2014. DOI: 10.36311/1982-8004.2014.v7n2.3852. Disponívelem:https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3852.. Acesso em: 19 jun. 2025.

WITZEL, D. G. Discursos (inter)ditados sobre práticas de amamentação. *In*: *In*: BUTTURI JUNIOR, A.; FERNANDES, C. A.; BRAGA, S. (org). **Cartografias do contemporâneo**: crises de governamentalidade? Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 163-188.